

MINHO:
UM TERRITÓRIO
QUE ESCONDE UM
MUNDO INTEIRO

SISTEMA PORTUGUÊS
DA QUALIDADE

SEGURANÇA
DOS ALIMENTOS

ECONOMIA
CIRCULAR

CONSTRUÇÃO
SUSTENTÁVEL E
EFICIENTE



TUB: UMA MOBILIDADE URBANA CADA VEZ MAIS SUSTENTÁVEL

TEOTÓNIO SANTOS

Administrador Executivo da Transportes Urbanos de Braga – TUB, explica-nos como a empresa têm se adaptado aos novos tempos: com aumento da população urbana, os desafios da sustentabilidade e transição energética no âmbito mobilidade, que inclui a nova frota, um transporte urbano ecológico e o *Bus Rapid Transit* (BRT).



A cidade de Braga tem tido um aumento de população nos últimos anos, assim como de todo o ecossistema inerente a esta evolução. Quais as grandes mudanças que a TUB tem realizado para se adaptar aos “novos tempos”?

A população de Braga cresceu 21% desde 2001. Entre os anos de 2011 e 2021, contrariamente às grandes cidades de Portugal, o Concelho de Braga viu a sua população crescer 6,5%.

Também ao nível turístico o aumento do número de dormidas, que duplicou em 10 anos, é uma realidade.

Para responder a estes desafios que a cidade nos colocou criamos um ecossistema mais favorável para a mobilidade sustentável com o objetivo de promover uma transição modal para modos mais sustentáveis como são os transportes públicos coletivos.

Melhoramos a oferta com novas linhas e novas frequências. A oferta de quilómetros em 10 anos aumentou cerca de 21%. O tarifário foi completamente reestruturado. Foram eliminadas restrições aos estudantes e aos reformados. Foi simplificado o zonamento que existia e efetuada uma redução generalizada dos valores dos passes mensais desonerando as famílias e promovendo a mobilidade sustentável.

A frota está a ser renovada. Foram adquiridas 68 novas viaturas nos últimos seis anos, dos quais 44 já foram entregues. No final de 2023, prevê-se que 60% da frota utilizada diariamente seja completamente movida a fontes de energia mais limpas, nomeadamente, eletricidade e gás natural.



As melhorias implementadas têm vindo a ser percebidas pela população resultando daqui um aumento significativo de utilizadores. Em 10 anos constatamos um aumento de passageiros transportados de 24,86% e um aumento de venda de passes mensais de 74%.

Quais têm sido os investimentos relativamente à modernização da frota?

Em 2018, ao abrigo do POSEUR – 1.º aviso, foram adquiridos 6 autocarros elétricos que entraram em funcionamento em setembro de 2018 num investimento global que ascendeu a cerca de 3,4 milhões de euros, dos quais 2 milhões de euros suportados pelos TUB.

Em 2020, ao abrigo do POSEUR – 2.º aviso, foram adquiridos 32 novos autocarros, dos quais 7 elétricos que entraram em funcionamento em julho de 2020 e 25 autocarros a gás que entraram em funcionamento em dezembro de 2021. Este investimento ascende a cerca de 12 milhões de euros, dos quais 8,4 milhões de euros suportados pelos TUB.

Em setembro de 2021 formalizamos uma nova candidatura ao POSEUR – 3.º aviso, para a aquisição de mais 30 viaturas elétricas, que foi aprovada e que, está em curso. Foram já entregues 6 viaturas elétricas. Prevemos que as restantes 24 viaturas sejam entregues até ao final do ano de 2023. Este investimento ascende a 15,8 milhões de euros, dos quais 7,8 milhões de euros são suportados pelos TUB.

Assim, em apenas 6 anos investimos cerca de 31 milhões de euros em 68 novas viaturas limpas, dos quais 18 milhões de euros são integralmente suportados pelos TUB, o que representa um investimento direto de cerca de 60%.



No entanto os Transportes Urbanos de Braga tem feito um investimento em prol da sustentabilidade. Neste âmbito, qual a estratégia que a TUB tem desenvolvido em relação à transição energética e à descarbonização da rede de autocarros? O transporte público coletivo sempre foi sustentável, porque um autocarro pode facilmente substituir 30 ou 40 automóveis, que em Braga circulam em média com 1,3 pessoas. Todavia, e apesar dessa evidência, estamos a fazer um esforço financeiro enorme na transição energética para termos uma frota descarbonizada.

No final de 2023, cerca de 38% da frota em operação será elétrica. Serão 68 autocarros limpos, dos quais 43 elétricos e 25 a gás natural. No nosso Plano Estratégico e de Sustentabilidade 2030, temos definido um roadmap de descarbonização da frota que nos permita ter 70% da frota totalmente ecológica, com zero emissões, já em 2030.

A melhoria da promoção comercial, a partilha da informação e o alargamento da rede de vendas, foram aspetos importantes nesta mudança que os Transportes Urbanos de Braga têm vindo a protagonizar.

De que forma, a conectividade e a transição digital são implementados num modelo de transporte público de futuro? Neste momento todos os autocarros estão conectados o que nos permite fazer um seguimento diário da sua operação. Esta informação permite-nos fazer uma melhor gestão operacional e permite, ainda, aos clientes planear a sua rota através da Google. Em setembro a informação em tempo real será partilhada com os clientes através de uma App e através de painéis informativos colocados nas principais paragens do centro da cidade aumentado assim a sua confiança no serviço. Paralelamente, estamos a fazer uma transição digital existindo já em pleno funcionamento plataformas de apoio ao cliente, para requisição online de passes, para denúncia e de gestão de perdidos e achados. Em fase de planeamento está a desmaterialização e a digitalização dos títulos de transporte que pretendemos implementar até ao final deste ano.

Relativamente ao *Bus Rapid Transit* (BRT): em que consiste este projeto, como e quando está previsto o seu início? O BRT é um sistema de transporte em autocarro operado de modo a garantir elevada capacidade de transporte, maioritariamente em canal próprio e com veículos descarbonizados, que se constituirá como espinha dorsal do transporte público da cidade e ligará o centro da cidade a diversos polos geradores de tráfego, destacando-se a Estação Ferroviária, o Centro Coordenador de Transportes, a Universidade do Minho, o Hospital, o Instituto de Nanotecnologia, grandes superfícies comerciais e zonas de grande densidade populacional.

O BRT de Braga obteve o apoio do XXII Governo de Portugal em 2021. Em 2023, dado o estado avançado dos vários estudos realizados (Estudo Preliminar de Apoio à Decisão, Estudo de Procura, Contagens de Tráfego e Estudo de Inserção Urbana) foi possível, por sugestão do XXIII Governo de Portugal, que o projeto integrasse o PPR – Plano de Recuperação e Resiliência.

Já foi realizada uma apresentação pública do projeto no passado dia 3 de maio de 2023, com a presença do Sr. Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, prevendo-se ter a primeira linha a operar em 2025 e a segunda no ano seguinte.

São imparáveis as mudanças de futuro e os desafios que a mobilidade urbana vai enfrentar. Como se prevê o futuro de uma mobilidade sustentável em Braga? As alterações climáticas estão à vista de todos. O congestionamento das cidades é uma evidência. Em 2050 dois terços da população mundial viverá em cidades, o que coloca o desafio da mobilidade sustentável num nível muito elevado de exigência.

Em Braga apesar de a cidade ter crescido orientada para o transporte individual com várias “autoestradas” urbanas e 39 parques de estacionamento na zona mais central da cidade incentivando o uso do automóvel, tem sido feito um trabalho enorme na promoção da mobilidade sustentável com resultados visíveis e que vão continuar.

A renovação da frota, a melhoria da oferta regular articulada com as linhas de BRT, serão mais uma oportunidade de aumentar a quota modal do transporte público coletivo em Braga.

Paralelamente, o planeamento regional da mobilidade em particular no Quadrilátero (Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos) poderá ser de crucial importância para o aumento da eficiência num contexto de descarbonização.



“BRAGA QUER CONTINUAR A SER O MOTOR DA ECONOMIA DO PAÍS”

RICARDO RIO

Presidente da Câmara de Braga.

Braga é uma cidade cosmopolita, virada para o futuro, assim como uma região altamente industrializada, que tem assumido a liderança no âmbito da sustentabilidade. Ricardo Rio, Presidente da Câmara de Braga, fala-nos da estratégia que tem vindo a desenvolver.

Quais as áreas chave que este executivo tem vindo a desenvolver e que são essenciais para uma cidade do século XXI?

Num mundo competitivo como aquele em que hoje vivemos, muito focado na concorrência direta de cidades e regiões, não podemos desperdiçar tempo ou não aproveitar na plenitude os nossos recursos: o conhecimento criado a partir de Braga, a força da nossa juventude, a riqueza do nosso tecido empresarial.

Braga quer continuar a ser o motor da economia do País, um espaço de oportunidades, uma cidade hospitaleira para os novos investimentos e terra fértil para as iniciativas empreendedoras dos cidadãos do mundo. A cidade tem uma riqueza cultural e patrimonial ímpares, mas pretendemos cada vez mais ostentar o reconhecimento internacional pela nossa monumentalidade e história, pela riqueza dos nossos equipamentos e pela vitalidade das nossas manifestações e agentes, num quadro eclético de manifestações artísticas, de valorização de talentos, de trabalho em rede em prol dos cidadãos.

Braga quer garantir um nível crescente de qualidade de vida a todos os seus habitantes, promovendo a coesão territorial, estimulando a regeneração urbana, facilitando a mobilidade, defendendo o meio ambiente e fomentando um melhor urbanismo, sendo que nos assumimos um concelho verdadeiramente inteligente, sustentável e sofisticado tecnologicamente, mas consciente de que só o foco nas pessoas pode propiciar a melhoria das respostas aos cidadãos e empresas e investidores.

Queremos mostrar cada vez mais o posicionamento e potencial de Braga continuando a divulgar a nossa enorme herança histórica, enquanto desvendamos o futuro vibrante da cidade.

Como autarca e minhoto, na sua opinião o que Braga tem de singular para oferecer aos visitantes?

Diz-se que Braga reúne um pouco de todo o Minho e que todo o Minho tem um pouco de Braga.

Esta cidade possui uma multiplicidade de oferta turística, capaz de responder a procuras e interesses múltiplos. É uma cidade com uma história invulgar que junta tradição e inovação, modernidade e história. Nas ruas de Braga encontramos o passado, o presente e o futuro.

É ainda uma cidade fortemente comercial, com muita oferta, com muita hipótese de escolha, com um belíssimo cartaz cultural. É de facto uma cidade palco a céu aberto todo o ano.

A vida noturna é também um atrativo em Braga e as festas académicas são muitíssimo concorridas. Em ambos os casos, Braga não foge a uma característica bem portuguesa: a capacidade de bem acolher, a gentileza para com os de fora, alguma curiosidade em conhecer culturas e gentes diferentes num clima de respeito pelas diferenças. Braga sugere tranquilidade, paz, segurança.

A magia da cidade é conseguir, de facto, manter a tradição conciliando-a com a inovação. Mantém um Centro Histórico, casas antigas, antigos monumentos, mas, simultaneamente, um ar de cidade cosmopolita, carregada de novas construções, de novos atrativos. Alia a catedral milenar e velhos monumentos com um Parque Radical, com o Instituto de Nanotecnologia, por exemplo.

O futuro de Braga é promissor. É uma cidade jovem. É, por outro lado, uma cidade com história. Uma cidade modernizada que conserva muitas das suas raízes e tradições. É uma cidade que deixa marcas positivas em quem a visita, sendo essa a melhor publicidade que se lhe pode fazer.

Braga assume-se cada vez mais de portas abertas ao futuro, ao mundo, sem esquecer a forte herança cultural e patrimonial que a caracteriza. O melhor mesmo é visitar.



RICARDO COSTA

Presidente da Direção da Associação Empresarial do Minho (AEMinho), destaca as grandes preocupações da Associação no desenvolvimento do sector empresarial em prol do crescimento da região.



De que forma a fusão das CIM (Comunidade Intermunicipal) e a respetiva divisão administrativa do território tem afetado o desenvolvimento da região?

A AEMinho fez uma proposta de fusão das 3 CIM's (do Ave; do Cávado e do Alto Minho), infelizmente e citando o nosso ministro da economia “continuamos a ter uma mentalidade de minifúndio”, olhamos para a nossa pequena sub-região e não vimos a capacidade deste território que é o Minho, “que é o motor económico do nosso país”, também palavras do ministro António Costa Silva.

Destaco aspetos que são cruciais e que esta divisão não tem favorecido o desenvolvimento deste território: Em primeiro lugar a mobilidade: entre Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos há pessoas que circulam entre os 4 concelhos com 2 passes por pertencerem a CIM's distintas, porque não existe coordenação horária entre os transportes ou um passe intermunicipal.

Mas se avançarmos para territórios limítrofes mais difícil é as pessoas se deslocarem entre concelhos, nomeadamente entre casa e o seu local de trabalho.

Outra questão é relativamente aos parques industriais e aos grandes investimentos: como região somos mais atrativos, do que divididos em concelhos. Se cooperássemos como região, conseguiríamos ser mais atrativos para empresas multinacionais que estão constantemente à procura de um país como Portugal para instalar as suas unidades de produção.

MINHO: “COMO REGIÃO SOMOS MAIS ATRATIVOS, DO QUE DIVIDIDOS EM CONCELHOS.”

Outro dos fatores é uma notória falta de investimento no Minho com projetos que nunca foram realizados: a variante da nacional 14 para ligar à fábrica da Continental, que é a segunda maior empresa exportadora do país e que há mais de 30 anos que é pedida; A linha férrea com ligação ao porto de Viana de Castelo, embora estes sejam apenas alguns exemplos.

Considera que a carga fiscal aplicada às empresas é um entrave à criação e ao desenvolvimento empresarial?

Nesta questão a AE Minho tem tido uma posição interventiva, essencialmente no que se refere à carga fiscal sobre o trabalho. Atualmente, a política fiscal é cara, complexa, pouco transparente e sobretudo pouco previsível, o que não proporciona um ambiente favorável ao crescimento e ao sucesso empresarial.

É premente existir um verdadeiro pacto de regime entre as principais forças políticas que permita chegar a um sistema fiscal que seja favorável à criação de um ambiente económico que permita o crescimento, porque a previsibilidade é fundamental quando desejamos atrair investimento estrangeiro.

Em Portugal existe um problema relacionado com os baixos salários, combater esta situação deve ser um desígnio nacional e o Estado deve fazer um esforço em relação à carga fiscal sobre o trabalho.

Quais as principais medidas que na sua opinião deveriam ser tomadas de forma a promover alavancagem desta região?

Voltaria a referir que a questão dos salários é fundamental. A coesão, seja a ela social, cultural ou territorial, porque este território precisa de ser visto como um todo e só assim conseguimos ultrapassar as barreiras e encarar os desafios. Neste âmbito a mobilidade é fundamental para esse desenvolvimento.

E em relação às qualificações, fizemos um percurso notável, mas nesta fase é essencial que as qualificações se adaptem as necessidades das empresas, esforço que tem sido feito nos últimos 3 anos por parte das instituições de ensino.

COLÉGIO ALFACOOP É PIONEIRO NA EDUCAÇÃO 5.0



Situado em Braga, o Colégio Alfacoop, é gerido pela Cooperativa de Ensino Alfacoop com um percurso reconhecido pela aposta na inovação educativa com um projeto ímpar, elogiado a nível nacional e internacional, assente nos cinco pilares da educação 5.0 – Tecnologia, Espaço, Pedagogia, Emoção e Envolvimento.

Qual a oferta educativa disponibilizada aos vossos alunos?

Do Pré-Escolar ao Ensino Secundário, com a opção de ensino integrado da música a partir do 5º ano. Oferecemos ainda três cursos profissionais – Técnico de Desporto, Técnico de Multimédia, Técnico de Processamento e Qualidade Controlo da Qualidade Alimentar.

Quais os valores que estão vinculados ao vosso projeto educativo e que consideram ser relevantes para transmitir aos estudantes?

O Colégio Alfacoop tem como missão primordial deixar o mundo melhor, contribuindo com inovação na educação, capaz de formar e preparar cidadãos mais ativos e empáticos.

Asseguramos a todos os alunos uma formação integral e de excelência que os capacite com as ferramentas, as atitudes e os conhecimentos necessários ao prosseguimento de estudos ou ao desempenho de uma atividade profissional com sucesso. Dotamos os alunos das ferramentas necessárias para os tornar resilientes, criativos, responsáveis, com espírito de entreajuda, contribuindo deste modo para a formação de cidadãos líderes nas mais variadas vertentes, com especial atenção na educação para a tecnologia, espelhado no nosso Projeto Educação 5.0.

Nesta linha, o nosso Projeto contribui para adequar as práticas pedagógicas do seu corpo docente numa perspetiva de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, atribuindo-lhes maior responsabilidade e autonomia, não perdendo de vista o desenvolvimento das denominações *soft skills*.



Coro Infantil Colégio Alfacoop.

Acreditamos que o uso regular de novos ambientes de sala de aula aliado às novas tecnologias educativas, torna os alunos mais colaborativos, mais conscientes do ambiente que os rodeia e mais empáticos com o próximo. Tendo consciência da importância da literacia mediática, é nosso objetivo valorizar e potenciar ainda mais a tecnologia educativa, crucial para a vida social e para o incremento de fórmulas mais densas de democracia e, também, para o alargamento de horizontes, para o conhecimento do que se passa no mundo, para o acolhimento da diversidade de valores e mundividências e na construção das identidades individuais.

De que forma o vosso colégio é pedagogicamente inovador, com diferentes metodologias de ensino que o diferenciam dos seus pares?

O modelo de Educação 5.0 assume, definitivamente, a integração da tecnologia na sala de aula como uma prioridade, evoluindo do modelo de Educação 4.0 pelo assumir da compreensão onde os alunos devem estar preparados para lidar com os ambientes digitais de forma proficiente e natural.

O modelo de Educação 5.0 assume que a aprendizagem do aluno é o centro do processo educativo, com pedagogias baseadas na colaboração e empreendedorismo, focando os conhecimentos lógicos, matemáticos e aplicação prática através do digital, mas, sobretudo, ao assumir as competências socioemocionais como capital numa estrutura de aprendizagem, potenciando o trabalho e a relação com todas as anteriores. A Educação 5.0 amplia de forma exponencial as noções de cooperação e colaboração, não só entre os alunos, mas também com os professores e restante comunidade de aprendizagem, potenciada pelo digital.



Sérgio Lino (Presidente Conselho de Administração Cooperativa), Carla Estêvão (Diretora Pedagógica), João Rei e Isabel Araújo (vogais do Conselho de Administração), mascotes Henrique e Maria.

O saber estar e a socialização passam a ser pontos fulcrais na expansão das atividades educativas, sempre com o pensamento em contribuir para a melhoria da sociedade e do mundo, além de favorecer o bem-estar social dos alunos.

O Colégio Alfacoop redimensionou o processo de aprendizagem tendo em conta o desenvolvimento das competências socioemocionais, tais como a adaptabilidade, a empatia, a colaboração, a comunicação, a criatividade, a inteligência emocional, a resiliência, a persuasão, a gestão de conflitos e a relação interpessoal. Este projeto assenta em 5 conceitos-chave: Tecnologia, Espaço, Pedagogia, Emoção e Envolvimento.

O Colégio Alfacoop redimensionou o processo de aprendizagem tendo em conta o desenvolvimento das competências socioemocionais, tais como a adaptabilidade, a empatia, a colaboração, a comunicação, a criatividade, a inteligência emocional, a resiliência, a persuasão, a gestão de conflitos e a relação interpessoal.

Quais as parcerias que o Colégio ALFACOOP tem e quais as vantagens que os mesmos trazem aos alunos?

O Colégio Alfacoop é *Cambridge Educational Partner*, uma aliança entre a Cambridge University Press, editora da Universidade de Cambridge, e o nosso Colégio. Desta forma, o nosso Colégio implementa a *Cambridge Learning Journey* que permite aos nossos alunos atingir os mais elevados níveis de proficiência na língua inglesa preparando-os para os exames de Cambridge.

Temos uma parceria com a HP que permite aos nossos alunos até ao 6.º ano receberem um computador, ferramenta essencial do projeto Educação 5.0.

As nossas salas estão equipadas com ecrãs interativos *Promethean* proporcionando uma experiência de aprendizagem mais intuitiva, integrada e envolvente.

A parceria com a Nautilus permitiu-nos criar a Sala Alfa 5.0, equipada com mobiliário flexível que facilita a criação de diferentes layouts de sala de aula que fomentam modelos ativos de aprendizagem. São ainda nossos parceiros a Porto Editora, a *Dreamshaper*, a Vimaponto e a Intuitivo.



Sala Alfa 5.0.

Que tipo de atividades extracurriculares têm disponíveis na vossa oferta educativa?

O Colégio Alfacoop tem uma Academia de Música, onde os nossos alunos podem frequentar aulas de baixo elétrico, guitarra acústica, guitarra clássica, guitarra elétrica, orquestra *ukulele*, piano, violino, bateria, cavaquinho, concertina, curso de dj/ produção e de coro académico. A nossa Academia está aberta à comunidade geral ao sábado de manhã. O Colégio tem ainda oferta de atividades extracurriculares desportivas como paddle, ginástica acrobática, ballet, patinagem, natação, karaté, BTT, voleibol, futebol 11 e futsal (participação no Campeonato AEEP). Ainda a Robótica como atividade de complemento curricular.

A vossa instituição tem recebido vários Prémios e Distinções. Qual a importância deste reconhecimento?

O maior prémio que recebemos é o crescente número de famílias que confiam neste projeto educativo. Tínhamos 200 alunos em 2018, hoje são 1078. No entanto, reconhecemos a importância dos prémios e distinções para a notoriedade da marca Alfacoop, cooperativa e colégio. Recentemente, recebemos uma Menção Honrosa na categoria *Turnaround* da Escola dos Prémios +ESCOLA AEEP.

É sempre bom vermos o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração valorizado, desde 2018 que os Professores Sérgio Lino (Presidente), Isabel Araújo e João Rei (vogais), estão à frente dos destinos da Cooperativa. Esta administração, juntamente com a direção pedagógica do Colégio, com os docentes e não docentes, conseguiu não só criar um projeto educativo de sucesso, como alcançar o equilíbrio financeiro.

Este sucesso está espelhado num Colégio de Excelência orientado para o Futuro.



Artigo de
JOSÉ MANUEL FERNANDES

Eurodeputado PPE/PSD
(25º eurodeputado mais influente).

Sou minhoto, português e europeu. É assim que costumo apresentar-me e a ordem não é aleatória. Nenhuma destas dimensões é incompatível, antes pelo contrário. A diversidade cultural, linguística e económica de cada território é uma mais-valia que cria sinergias e complementaridades a nível europeu.

Antes de tudo, sou, com muita honra, Minhoto! Tenho orgulho nas minhas raízes, nas tradições da minha região, na nossa história e património. O Minho torna a Europa mais forte.

No Minho somos genuínos, autênticos, um povo trabalhador que ama as suas raízes e tradições. Temos uma excelente gastronomia, paisagens paradisíacas, um enorme património histórico e cultural. Temos mar, serra, o Parque Natural da Peneda Gerês, rios com água pura. Fomos abençoados pela natureza. Temos uma das maiores diversidades naturais - concentradas - da UE.

No Minho, a tradição e a inovação caminham de mãos dadas. Estas são características presentes nos 4.700 km² dos 24 concelhos dos distritos de Braga e Viana do Castelo.

No cantar ao desafio prova-se a espontaneidade e no folclore a alegria e vivacidade. A concertina continua a juntar os Minhotos que dançam as chulas, os viras e os malhões. No Minho, valoriza-se a família, a vizinhança, as romarias, as festas de cada freguesia, o compasso Pascal.

SOU MINHOTO, PORTUGUÊS E EUROPEU

Os Minhotos são hospitaleiros e sabem receber. A porta está sempre aberta para quem quiser entrar, há sempre dormida, comida e bebida para mais “um, dois, ou três...”. Há solidariedade, tudo chega para todos. Sabemos que muitos são do tempo em que uma sardinha tinha de ser repartida.

O Minho tem campo, montanha, mar e rio. Uma combinação única que influencia a nossa forma de ser e estar. Vivemos rodeados de cor, de verde, de uma natureza exuberante. Talvez, por isso, sejamos mais vigorosos e intensos. E, quando não conseguimos adjectivar, socorremo-nos, sem má intenção, do calão.

No Minho somos genuínos, autênticos, um povo trabalhador que ama as suas raízes e tradições. Temos uma excelente gastronomia, paisagens paradisíacas, um enorme património histórico e cultural.

A música - o folclore - é fortemente ritmada, a etnografia é exuberante, o artesanato é colorido, a gastronomia e a doçaria são acentuadas nos sabores e o vinho é fresco e leve, convidando a um convívio sem pressas.

O tinto verde tem de ser bebido na tigela. A nossa identidade reforça Portugal e a UE. Os espigueiros do Minho são diferentes de outras regiões, os bordados e os Lenços de Namorados transportam o amor, valores, o cavaquinho e a concertina que são “repenicados” de forma ímpar.

O Minho é norte, tradição e modernidade. Temos excelentes instituições do ensino superior, uma forte aposta na investigação e inovação, empresários de grande qualidade.

O Minho é um colo caloroso e aconchegante que me acolhe e retempera todas as semanas quando a ele regresso a partir de Bruxelas ou Estrasburgo.



† **DOM JOSÉ CORDEIRO**

Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas.

O Minho é o lugar da festa. Todos nós, certamente, já experienciamos a forma peculiar de celebrar, tão preconizada no sentir e viver das suas gentes, deste território que exprime com uma identidade tão singular.

Fundada num contexto histórico e social milenar, a identidade minhota foi desenhando práticas comunitárias que, apesar de sofrerem naturais influências de outros territórios, se destacam como um modo de vida onde se denotam peculiaridades, consubstanciadas particularmente na romaria anual.

Desenhada entre a margem portuguesa do rio Minho e o rio Ave, a região que denominamos Minho nasceu sob a influência, dominante até o soçobrar do Antigo Regime, da sede arquiépiscopal bracarense. O poder e os normativos emanados a partir de Braga demarcariam o ritmo do quotidiano das gentes.

Enraizado há, pelo menos, dezasseis séculos, o Cristianismo sedimentou-se irremediavelmente no *ethos* da Arquidiocese de Braga. Apresentando-nos uma cronografia que jamais se interrompeu, nem no período da dominação árabe da Península Ibérica - como atesta o célebre “Censual de Entre Lima e Ave”, que o Bispo D. Pedro compilou a partir do ano de 1071 - a Igreja de Braga é um espaço fundamental de encontro e celebração.

Com cerca de 950 mil habitantes e 2 857 km² de área, subdivididos em 551 comunidades, neste território registamos quase um milhão de festas e romarias anuais, especialmente concentradas nos meses de verão. A temporada festiva é oficialmente inaugurada no início de maio, com a secular Festa das Cruzes, em Barcelos, tendo o seu epílogo nos alvares de setembro, durante a Romaria de Nossa Senhora do Porto d’Ave, na Póvoa de Lanhoso. Isto sem referirmos o relevante ciclo de romarias de Inverno, entre outras celebrações realizadas fora do período sazonal.

MINHO: UM TERRITÓRIO QUE ESCONDE UM MUNDO INTEIRO

Consideradas, em alguns areópagos, como uma forma menos depurada da experiência cristã, e algumas vezes até desdenhadas, estas expressões constituem-se, nos nossos dias, como objeto de uma redescoberta.

Na opinião de Mircea Eliade, a festa significa, na sua origem, uma espécie de intervalo no tempo histórico, para permitir que os humanos possam participar no tempo divino. Este seu caráter de excepcionalidade, manifestado em um quotidiano que é rompido drasticamente em nome de um interesse coletivo, concede às festas e romarias um estatuto singular no contexto da experiência cristã.

Como bem sublinhou o Papa Paulo VI na sua exortação apostólica “Evangelii Nuntiandi”, a piedade popular “manifesta uma sede de Deus que só os simples e os pobres podem conhecer”. Apesar de ainda exprimirem uma religiosidade popular demasiado apegada a práticas que podem ser reveladoras de uma espiritualidade débil, estas celebrações são a expressão mais autêntica de uma fé vivida de forma espontânea e desprezada de normativos.

Em tempos de uma cultura líquida, as festas e romarias são uma oportunidade única para revelar os valores fundamentais de uma comunidade, combatendo essa visão de um vínculo frágil e instável entre os seus membros.

Rejeitando a conceção girardiana da festa como ocasião de desordem ou violência, entendemos a romaria como o lugar do encontro e da celebração. Trata-se do espaço preferencial da memória coletiva, constituindo-se, por isso mesmo, como oportunidade única para o fortalecimento dos laços e para a reunião dos desavindos.

Particularmente no Minho este é também o tempo favorável para o retorno dos emigrantes, que primam pela assiduidade à festa da aldeia. Por isso mesmo, neste território, tão singularmente circunscrito, podemos encontrar o mundo inteiro reunido, não espartilhado por conflitos ou diferenças, mas conciliado na celebração e na partilha.

Protagonista fundamental na delimitação cultural e na unificação dos povos, a festa, que atinge a sua expressão mais autêntica no Minho, é a maior garantia de uma humanidade que transforma o tempo ordinário na duração profano-religiosa em que se desenrola toda a existência humana.

BARCELOS: SANTA CASA COM SENTIDO DE MISSÃO E QUALIDADE A SERVIR

NUNO REIS

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.



Já com serviços à comunidade em 1499, a Misericórdia de Barcelos é uma das mais antigas Santas Casas do país. Em conversa com o seu Provedor, **Nuno Reis**, numa altura importante da vida da instituição, conhecemos melhor a intervenção da Misericórdia no cuidado a quem mais precisa.

A Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (SCMB) lançou há poucos meses o investimento mais avultado da sua história. Com o impacto da Covid-19, da guerra na Europa, da inflação, das taxas de juro em crescendo, será este um tempo adequado para se investir?
O tempo da Santa Casa é sempre de obras ou não fosse o cumprimento das Obras, de Misericórdia, a nossa primeira missão e que é ainda perfeitamente atual. Está a referir-se à obra de requalificação e ampliação do nosso Centro Social.

Será importante, acima de tudo, porque vai permitir servir mais 50 pessoas idosas em estrutura residencial, mais 40 crianças em creche e mais 30 pessoas em serviço de apoio domiciliário. Por outro lado, o reconhecimento externo que já mereceu, com as candidaturas bem-sucedidas ao PARES3.0, ao Fundo Rainha D. Leonor e ao PRR, além de sinalizar o valor acrescentado que a obra trará a quem precisa, representa um apoio ao investimento que é muito importante.

Está a falar-me de três vertentes: a geriátrica, a de apoio domiciliário e a de educação na infância, mas a SCMB tem atualmente uma abrangência grande. Pode detalhar um pouco mais a atividade da instituição?

A ação da SCMB beneficia ou serve diariamente cerca de 1800 pessoas. As suas áreas de atuação vão desde a Ação Social e Voluntariado, à Formação, à Saúde, ao Culto, à Cultura, ao Património, à Educação na Infância, às Pessoas Idosas. Existimos para servir as pessoas e a nossa intervenção molda-se e adapta-se às necessidades da comunidade.

Nos últimos quatro anos tivemos que lidar com a maior crise de saúde pública desde a gripe pneumónica, mas não deixamos de proceder a uma reflexão institucional sobre o presente e o futuro, a delinear planos estratégicos para as diferentes áreas de atuação, a desenvolver um projeto de gestão e melhoria do desempenho, a promover a beneficiação de equipamentos sociais antigos, a requalificar a Igreja da Misericórdia e a criar projetos que possam beneficiar a comunidade e ser merecedores de apoios externos.

Fisioterapia na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: unidade que serve atualmente qualquer coisa como cerca de 650 utentes por dia, em ambulatório.

Tem-se falado nos últimos tempos na sustentabilidade do setor social, a propósito de situações que vão ocorrendo um pouco por todo o país. Com a dimensão que a SCMB tem é mais fácil alcançar essa sustentabilidade?

Não diria que é fácil. Aliás, quanto maior a nau, maior a tormenta, como se costuma dizer.

É necessário um enfoque permanente na busca da melhor eficiência na gestão.

A dimensão só ajuda se permitir economias de escala. De resto, o investimento que estamos a fazer no Centro Social tem também subjacente essa preocupação. E a constatação de que, com o padrão de cuidados com que trabalhamos, não é sustentável uma estrutura que sirva “apenas” 25 pessoas idosas e que é necessário dar resposta a listas de espera e, ao mesmo tempo, trabalhar por essa sustentabilidade.

Em termos mais globais, continua a haver uma diferença significativa entre aquilo que as respostas sociais custam e aquilo que o Estado comparticipa. E também é sabido que as famílias, em boa parte dos casos, ou não têm possibilidade ou não querem ajudar a assumir esses encargos.

Seria muito importante que se concretizassem compromissos como o de comparticipar a 50% os custos de frequência nas chamadas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

As pessoas vivem mais tempo, o seu estado de saúde nos últimos anos de vida exige outro tipo de cuidados, e, na prática, voltando à realidade mais “micro”, os nossos Lares acabam por ter que dar resposta a situações que correspondem a Cuidados Continuados de Longa Duração e sem terem acesso a idêntico financiamento.

Quando fala em Cuidados Continuados, essa também é uma área em que a SCMB tem presença no terreno?

Sim, aliás, a nossa Unidade, com tipologias de Longa Duração e Manutenção e de Média Duração e Reabilitação, concluiu recentemente um processo de certificação pela Direção-Geral da Saúde. Foi um percurso longo, iniciado em 2019, ainda mais desafiante com tudo aquilo que a pandemia significou em termos de alteração de organização para prestarmos o melhor serviço às pessoas doentes, mas que chegou a bom porto.

Embora, infelizmente, em Portugal, a qualidade dos cuidados ainda não seja reconhecida em termos de financiamento público, passamos a fazer parte de um leque reduzido de unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados que têm essa certificação e não deixa de ser um reconhecimento à dedicação e qualidade das pessoas que servem a instituição e aqueles que dela precisam.

Estão prestes a chegar aos 525 anos de vida. Alguma iniciativa já pensada para as celebrações?

Antes disso ainda há algumas iniciativas importantes relacionadas com o Aniversário deste ano. E também uma outra data com simbolismo para assinalar que é a dos 30 anos da fisioterapia na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

Temos planeado um Dia Aberto à comunidade, durante o mês de setembro, em que, desde palestras, rastreios, sessões de *pilates*, terapias, atividades físicas diversas, convívio, as pessoas poderão visitar o Centro de Medicina Física e de Reabilitação (CMFR) fora do “registo” habitual e interagir com os nossos profissionais. Falamos de uma unidade que serve atualmente qualquer coisa como cerca de 650 utentes por dia, em ambulatório.

E também por isso, e para proporcionar as melhores condições aos utentes e aos colaboradores, aproveitamos para dar nota que, nos próximos meses, o CMFR beneficiará de uma intervenção que possibilitará a criação de um novo ginásio terapêutico, novos sanitários, gabinetes médicos para alargar o leque de consultas de especialidade, bem como uma nova sala para colaboradores.





RICARDO SALGADO

CEO da dstelecom.

dstelecom

dstelecom constrói “autoestradas digitais” até aos pontos mais remotos do país para que todos tenham acesso a uma cobertura de rede de fibra de última geração, e assim, ser um polo de atração de “fixação de pessoas e de investimento neste território.” Ricardo Salgado, CEO da dstelecom, explica os inovadores projetos da empresa altamente tecnológicos e as metas para 2024, com a cobertura de 1.000.000 de casas em zonas de baixa densidade populacional.

Como se iniciou o percurso da dstelecom?

A dstelecom é um operador de telecomunicações. Nascemos em 2008, com o objetivo de construir uma rede backbone de fibra ótica para conectar 11 municípios do Norte de Portugal.

Em 2010, ganhámos o concurso público internacional, lançado pelo Governo português, para a construção e exploração de uma rede de fibra de nova geração com capilaridade de FTTH em 44 concelhos do Norte e 35 no Alentejo e Algarve, projeto concluído no final de 2013 com mais de 250 mil casas cobertas pela nossa primeira fase de construção. Fomos considerados o primeiro e o maior operador grossista de telecomunicações da Europa.

Hoje, 10 anos depois, ultrapassamos a meta das 750 mil casas cobertas em cerca de 140 municípios e contamos com todos os operadores de retalho portugueses, fixos e convergentes, como clientes, o que diz bem da neutralidade e transparência das nossas redes e do nosso negócio. Temos em marcha um plano de construção que prevê que durante 2024 a nossa rede cubra cerca de 1 milhão de casas.

De que forma a dstelecom atua no mercado nacional e com que valências?

Como operador grossista, acabamos a construir uma rede que é o *state of the art* da tecnologia mundial nas zonas onde os nossos clientes ainda não tinham rede. O que significa dizer, os concelhos de menor densidade populacional, onde não existia racional económico para os nossos clientes investirem em redes de fibra e, por isso, onde só existiam infraestruturas de telecomunicações com bastantes limitações tecnológicas, como o cobre ou os satélites, passaram a beneficiar de uma rede fibra de nova geração.

Com a nossa infraestrutura de fibra multioperador, as famílias e as empresas dos municípios onde temos a nossa fibra passaram a poder escolher qualquer serviço, sem qualquer limitação ou discriminação de uma oferta alargada de serviços de todos os operadores de retalho a operar em Portugal. Somos, por isso, um operador de telecomunicações grossista, que opera redes multioperador abertas e neutras.

Fruto dos nossos clientes já terem redes de fibra nos centros das grandes cidades, acabamos por nos especializar nos territórios de menor densidade populacional. Tenho a convicção que estas autoestradas digitais vão fazer mais pela fixação de pessoas e pela atração de investimento nestes territórios do que tanto as “autoestradas de asfalto nos prometiam”.

A dstelecom tem o seu foco na cobertura de fibra ótica nas regiões do interior e de baixa densidade populacional. Neste sentido, existem outros projetos inovadores que estão a ser implementados?

Bom, como referi há pouco, há razões de mercado, razões de negócio, que explicam o facto de nos termos especializado em zonas de baixa densidade populacional. No entanto, para fique claro, não temos qualquer limitação técnica ou de know how para construir redes multioperador em áreas de maior densidade populacional, antes pelo contrário.

A inovação faz parte do ADN da dstelecom. Costumo dizer que é uma inovação musculada. Temos processos, temos pessoas e democratizamos a inovação dentro da empresa.

DSTELECOM: LEVAMOS A REDE DIGITAL A TODOS OS PORTUGUESES

Procuramos envolver o maior número de trabalhadores em equipas multidisciplinares. Não queremos uma inovação de guetos.

Temos vários projetos de inovação a decorrer dentro da empresa. Desde sensorizar cabos de fibra, ao lançamento de um satélite, ao desenvolvimento de *know how* em *edge computing* ou ao perceber como podemos reaproveitar os desperdícios dos cabos de fibra.

Até 2024, prevemos aproximarmo-nos da meta de 1.000.000 de casas cobertas em zonas que, até à nossa chegada, não tinham acesso a serviços de conectividade de última geração.

A responsabilidade social começa pela atenuação das assimetrias regionais entre o litoral e interior.

Outro dos focos da empresa é a responsabilidade social que começa como primeiro propósito a atenuação das assimetrias regionais. Qual o plano de ação da empresa em relação ao impacto de boas práticas na região, na vida das pessoas e na área social?

A natureza do nosso negócio leva-nos a impactar de forma determinante na população que vive nas zonas onde a nossa rede chega, fixando pessoas e empresas e atraindo investimento.

Adicionalmente, contamos hoje com mais de 250 trabalhadores e naturalmente promovemos a contratação nos locais onde temos a nossa infraestrutura.

Finalmente, todos os anos lançamos um conjunto de iniciativas e apoios para as comunidades onde temos rede. Por exemplo, lançamos a iniciativa “conectar gerações” com o propósito de garantir que os lares de idosos têm acesso ao serviço de banda larga, reduzindo assim a solidão de quem lá vive.

Colaboramos na criação do projeto “estou”, cujo objetivo era reduzir isolamento social dos doentes internados nos hospitais do SNS, oferecendo tablets com um software próprio para a realização de videochamadas de forma simples e intuitiva.

Procuramos, ainda, dar conectividade a eventos locais. São muitas as iniciativas a que nos procuramos associar, nos 140 municípios onde já chegamos com a nossa rede.

A empresa dá uma atenção especial à sustentabilidade e a preocupação de minimizar os impactos ambientais decorrentes da sua atividade.

Qual a estratégia da dstelecom no âmbito desta área, mas também ao nível de projetos que cumpram este objetivo? O ESG é um forte pilar do nosso negócio. Na dstelecom acreditamos que este é o momento de construir um futuro onde a sustentabilidade e o foco na responsabilidade social estejam no centro do nosso negócio. Temos a oportunidade, o poder e o dever de criar um Planeta mais sustentável, impactar positivamente no bem-estar das Pessoas que nos rodeiam e garantir a Prosperidade do nosso negócio com ética e transparência.

Neste momento temos, inclusive, um trabalhador especializado nesta área, inteiramente dedicado a estas questões, que procura impulsionar a dstelecom em direção a uma trajetória sustentável, socialmente responsável e com práticas de governança exemplares, em linha com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Queremos criar um mundo melhor para todos no presente sem destruir as oportunidades das próximas gerações.

Em relação à transição energética, quais as medidas que a empresa adota relativamente à sua própria logística e equipamento?

Em termos de eficiência energética, várias são as iniciativas que temos vindo a desenvolver nas nossas centrais de telecomunicações.

Neste momento, 100% da energia consumida pela nossa rede é verde, sendo 40% suportada por energia solar, o que se reflete numa redução de cerca de 20% no consumo energético e de aproximadamente, 167 toneladas de emissões de Co2 por ano.

Substituímos todos os equipamentos de refrigeração das nossas centrais para melhorar a eficiência e reduzir o consumo de energia.

Tratando-se de uma infraestrutura multioperador, a nossa tipologia de negócio é ambientalmente eficiente, uma vez que evita infraestruturas e materiais duplicados e, simultaneamente, cria sinergias técnicas e económicas.

Na dstelecom, “nada se perde, tudo se transforma”. E foi a pensar nisso que criamos um grupo de trabalho com vista a dar uma nova vida ao desperdício de cabos de fibra.

Ao adotar um modelo de trabalho híbrido, reduzimos a pegada ambiental de nossos espaços de escritório e diminuímos a necessidade de muitos dos nossos trabalhadores se deslocarem até ao escritório.

As próprias deslocações para o trabalho são, também, mais ecológicas. Implementámos iniciativas de partilha de viaturas entre trabalhadores e garantimos que a rota dos autocarros públicos de Braga passa hoje no nosso campus.

Já nos nossos escritórios, além de medirmos consumos hídricos, instalamos torneiras com temporizador, sistemas de rega inteligentes e tambores de água para eliminar o uso de água engarrafada. Implementamos programas de reciclagem e triagem de resíduos, substituímos os copos descartáveis por chávenas e garrafas reutilizáveis e instalamos iluminação LED com sensor de movimento, entre muitas iniciativas conjuntas, como a plantação de árvores no campus.

Na dstelecom, “nada se perde, tudo se transforma”. E foi a pensar nisso que criamos um grupo de trabalho com vista a dar uma nova vida ao desperdício de cabos de fibra.

De que forma a ética empresarial e governança corporativa é essencial para a dstelecom e porquê?

Acredito verdadeiramente que o sucesso que temos vindo a alcançar ao longo destes 15 anos é fruto da confiança que conquistamos junto dos nossos *stakeholders*. É por isso que promovemos a ética nos negócios enquanto centro de nossa governança corporativa. Honestidade, confiança e justiça são valores fundamentais.

Se me perguntar qual é a nossa maior conquista, eu responderia que é a confiança do mercado. Acredito que a ética e transparência são pilares determinantes para essa confiança se consolidar.

Temos todos os operadores nacionais a trabalharem na nossa rede o que é a confirmação de que temos conseguido ganhar o respeito e confiança deles.

Simultaneamente, internamente, promovemos a igualdade de oportunidades, removemos quaisquer barreiras ou handicaps e condenamos ativamente qualquer tipo de discriminação. Sou dos que acredita no poder da diversidade como um forte dinamismo da inovação.

O Capital humano é um dos principais ativos da dstelecom, de que forma a empresa aposta em iniciativas e atividades que promovam o bem-estar dos seus colaboradores, mas também, na sua formação?

Como eu costumo dizer, na dstelecom, procuramos recrutar boas pessoas e, independentemente do departamento ou função, tentamos sempre que tenham pelo menos três características: curiosidade, entusiasmo e otimismo. Curiosidade para aprender constantemente; entusiasmo para aguentar, suportar e celebrar as mudanças; otimismo para transmitir uma aura positiva que permita essa mudança, não apenas na pessoa em causa, mas em toda a equipa. Se tivermos dentro de casa pessoas com estas qualidades, quando forem chamadas a participar, vão fazer perguntas e vão questionar o status quo e com isso suscitar reflexão e discussão.

Os trabalhadores são, efetivamente, o nosso maior e mais importante ativo, pelo que o nosso negócio depende diretamente da felicidade de cada um deles. “Trabalhadores felizes fazem empresas felizes”, não me canso de o dizer.

Procuramos que os trabalhadores sintam alegria e felicidade com o trabalho que desempenham. O trabalho não tem de ser um sacrifício ou período penoso do dia. Respeitamos, no entanto, a vida pessoal e familiar dos nossos trabalhadores.

Temos implementado um regime híbrido de trabalho.



Além de dezenas de benefícios em farmácias, óticas, clínicas de nutrição e ginásios, disponibilizamos, no nosso campus, o acesso gratuito a um centro de saúde com médico e serviços de enfermagem diários, psicologia, medicina dentária, medicina curativa e nutrição.

Promovemos a leitura e temos formação contínua. Cursos técnicos, *soft skills*, filosofia, o plano anual de formação é muito denso e variado.

Estamos, realmente, empenhados em que os trabalhadores sejam felizes, consigam crescer e realizarem-se profissionalmente.

Em 2022, fomos distinguidos pela Ordem dos Psicólogos, em parceria com a ACT e Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, com o selo *Healthy Workplaces Awards'22* pelo forte empenho na gestão dos riscos psicossociais dos nossos trabalhadores, assim como na promoção de condições que suportem a sua saúde e bem-estar.

Destaco, ainda, a criação da Academia dstelecom, que surge do reconhecimento da importância da formação para o crescimento e desenvolvimento dos nossos trabalhadores.

Futuro: Novos projetos, novas áreas de implementação.

Num futuro próximo, quais projetos que estão a ser desenvolvidos?

A Inovação é um dos mais importantes pilares do ADN da dstelecom.

Ano após ano, cresce o número de projetos de inovação liderados pelos nossos trabalhadores e pela comunidade científica.

Com olhos postos no futuro, vários são os projetos de pesquisa realizados também com o MIT e várias universidades e institutos portugueses de renome.

Contudo, não nos desviamos, nem um milímetro, do nosso propósito. Estamos focados em alargar o *footprint* da rede FTTH em Portugal, tanto nas zonas atuais como nos municípios vizinhos e, assim, contribuir para a redução das desigualdades que ainda existem no país ao nível do acesso ao mundo digital.

Além disso, estamos atentos ao concurso relativo à cobertura das Zonas Brancas e posicionados para contribuir para o projeto que vai permitir a cobertura total do país com serviços de conectividade.

Até 2024, prevemos aproximarmo-nos da meta de 1.000.000 de casas cobertas em zonas que, até à nossa chegada, não tinham acesso a serviços de conectividade de última geração.

Como já mencionei anteriormente, faz todo sentido exportar este modelo de negócios multioperador para o 5G ou pelo menos para o 6G. Temos estado a trabalhar nessa possibilidade com os nossos clientes.

dstelecom

Em que consiste os projetos AEROS e K2D, quais os objetivos e de forma serão implementados?

Ano após ano, cresce o número de projetos de inovação liderados pelos nossos trabalhadores e pela comunidade científica. O **AEROS** visa a monitorização da superfície da terra e do oceano através de um sistema de comunicações entre satélites e a terra. Temos como objetivo lançar um pequeno satélite no início de 2024.

No que toca ao **K2D**, o projeto tem como objetivo a monitorização ambiental das profundezas do oceano ao desenvolver sensores para a instalação em cabos submarinos. Neste momento já realizamos um teste piloto na ZLT Infante D. Henrique, mas os próximos passos passarão por instalar um novo cabo submarino maior capacidade de monitorização.

Ainda numa abordagem de futuro, como se desenha o futuro percurso da dstelecom, quais as novas áreas de participação e as novas geografias?

A nossa Visão passa por libertar as pessoas das barreiras geográficas, construindo autoestradas digitais e um mundo digital. Por isso, no nosso plano estratégico, temos previsto continuar a crescer com as redes FTTH.

Faz todo sentido exportar este modelo de negócios multioperador para o 5G ou pelo menos para o 6G e temos estado a trabalhar nessa possibilidade com os nossos clientes. Costumo dizer que a dstelecom constrói as autoestradas e os operadores só têm de se preocupar com a construção dos carros, que é como quem diz, com a produção dos conteúdos.

Queremos capitalizar o capital de confiança que temos do mercado português e ser um parceiro ativo na gestão e sensorização dos novos cabos submarinos que vão ligar o continente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, mitigar barreiras geográficas com comunicações por satélite – e, por isso, estamos ativamente envolvidos num consórcio português para lançamento, em janeiro de 2024, de um pequeno satélite no espaço, cujo propósito é aprendermos como poderemos dar conectividade a zonas altamente remotas. Finalmente, queremos desenvolver este negócio em outras geografias.

Ou seja, vamos procurar continuar a crescer por terra, ar, mar e espaço, em qualquer região do planeta.

FAZ 880 QUE PORTUGAL NASCEU E “TUDO” COMEÇOU NO MINHO

Foi a 5 de outubro de 1143, data marcante na História de Portugal, aquando da assinatura do tratado de Zamora, acordo entre o rei D. Afonso Henriques de Portugal e o rei Afonso VII da Galiza, Leão e Castela, este tratado assinala a autonomia de Portugal.

D. Afonso Henriques era um exímio líder militar, excelente estratega e tinha uma inata habilidade diplomática, estas foram qualidades fundamentais para o seu sucesso político.

Dada à conjuntura sociopolítica da época, juntamente com um hábil poder de negociação, D. Afonso Henriques e seus conselheiros foram cruciais para a emancipação e autonomia de Portugal.

A favor do condado de Portucale estava o sucesso da guerra contra os muçulmanos na Batalha de Ourique. Afonso VII poderia ser o imperador do reino, mas Afonso Henriques tinha a vantagem “da vanguarda da guerra contra o islão”, e isso reconhecia-lhe prestígio.

Em Zamora, Afonso VII acabou por ceder à convicção que seria mais vantajoso resolver o conflito do que prolongar uma situação que provavelmente perderia.

O tratado de Zamora foi assim assinado em 1143, e representa a data de maior importância da identidade nacional, a emancipação em relação a Castela e a formação de Portugal como uma nova nação.

■ O reconhecimento definitivo de Afonso Henriques como Rei de Portugal tinha de ser feito pela Santa Sé, nesse sentido foi emitida a bula *Manifestis Probatum*, que representa a nossa inequívoca independência.



SIKA® COBERTURAS VERDES PARA UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL



SAIBA MAIS EM
WWW.SIKA.PT

A CONSTRUIR CONFIANÇA



**CRUZ
VERMELHA
PORTUGUESA**

BRAGA

JANTAR HUMANITÁRIO

DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

18 DE NOVEMBRO

ALTICE FÓRUM BRAGA



A Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa está já a preparar a décima edição do seu Jantar Humanitário. Este que é o maior evento solidário do distrito de Braga, vai acontecer no dia 18 de novembro de 2023. Este ano queremos bater todos os recordes e juntar à mesa mais de 1000 pessoas. O evento volta, pelo segundo ano consecutivo, ao Altice Forum Braga. Trata-se de um evento de Angariação de Fundos com vista a apoiar o trabalho desenvolvido pela Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. Gravem já na vossa agenda, e não façam outros planos que não o de apoiar a Cruz Vermelha Portuguesa. Contamos convosco.

Em Braga Os nossos números

Dados Anuais 2022

6.435
Roupa e Calçado Distribuído
+ 187 Cobertores

47.043
Roupa Reciclada (kg)

102
Teleassistência
98 Ajudas Técnicas

3.360
Promoção e Educação
Para a Saúde

385
Cuidados de Enfermagem
e de Saúde

597
Famílias Apoiadas Com
Géneros Alimentares

4.527
Produtos de Higiene
Distribuídos

Pessoas Apoiadas
Inserção Socioprofissional

237
pessoas apoiadas
Comportamentos Aditivos

670 Formandos
Escola de Socorrismo

8.702 / 6.923
Seringas Recolhidas/Distribuídas

956
Voluntários

100.741
Refeições Servidas

10.174
Serviços prestados
EOE

349
Pessoas em Situação de
Sem Abrigo Apoiadas

1.452
Famílias Apoiadas

+ 19.008
Refeições
Cantina Social

5.789
Crianças e Jovens
Beneficiários Diretos



**CRUZ VERMELHA
PORTUGUESA**
BRAGA

UMA INSTITUIÇÃO AO SERVIÇO DA COMUNIDADE



A Santa Casa da Misericórdia de Braga foi fundada, ao que tudo indica, em 1513, por ação do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que a acolheu na capela de Jesus da Misericórdia, instalada nos claustros da Sé de Braga, até à construção da igreja da Misericórdia (nova sede da Irmandade), em 1562.

Ao longo da sua história, a Misericórdia de Braga beneficiou da proteção dos arcebispos, tendo-se tornado uma instituição poderosa ao serviço dos mais necessitados: assistindo a alma e o corpo de doentes, auxiliando mulheres, sobretudo as solteiras e as viúvas, socorrendo peregrinos, dando esmolas a cativos e enterrando os mortos, por quem também rezava.

Hoje, celebrando 510 anos ao serviço da solidariedade, a instituição prossegue a sua Missão, fazendo cada vez mais e melhor ao serviço dos mais carenciados e fragilizados.

Administrou o hospital de S. Marcos entre 1559 e 1974, altura em que foi intervencionado pelo Estado, obrigando a irmandade a redirecionar o seu foco de intervenção para as áreas da infância e da terceira idade, bem como para o culto e outras atividades sociais. Em 2011, o complexo hospitalar foi devolvido devoluto à Instituição, que teve de encetar esforços no sentido de o requalificar e reabilitar.

Presentemente, todo o complexo está reabilitado, à exceção do Pavilhão Sul, antigo edifício do internamento do Hospital de S. Marcos, que está neste momento a ser requalificado, para acolher novo Complexo Social e de Saúde da Misericórdia (ERPI's, Residências Assistidas e Unidade de Cuidados Continuados).

Hoje, celebrando 510 anos ao serviço da solidariedade, a instituição prossegue a sua Missão, fazendo cada vez mais e melhor ao serviço dos mais carenciados e fragilizados, sendo que a sua atuação atual se concentra na ação social, através da prestação de serviços de apoio à comunidade, dentro do espírito das catorze obras de misericórdia, dando resposta às necessidades emergentes das crianças, idosos, suas famílias e comunidade em geral; no culto católico; na divulgação e promoção do seu património histórico,

artístico e cultural; na comercialização de produtos e serviços farmacêuticos, bem como de medicamentos manipulados; e na preservação do património rústico e urbano, tendo presente a sustentabilidade da Instituição.

CULTURA

Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga

PALÁCIO DO RAIO

O Palácio do Raio é uma das mais importantes obras da arquitetura barroca do país e um dos 'ex-libris' da Cidade de Braga. Com mais de 250 anos, acolhe o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, um espaço onde podemos viajar pelos 500 anos de história da instituição.



Contactos:
T. 253 206 520
cimmb.praio@scmbraga.pt
Palácio do Raio, Rua do Raio, nº 400
4700-920 Braga

Horário:
Terça-feira a Sábado
10h00 - 13h00 / 14h30 - 18h30
Última entrada:
30 minutos antes do encerramento.

APOIO À INFÂNCIA

- Creche Rainha Santa Isabel
- Creche Rainha Dona Leonor

As creches da Misericórdia de Braga asseguram um programa de atividades adaptado à realidade sócio-cultural do meio onde estão inseridas com o objetivo de proporcionar às crianças um variado leque de experiências estimulantes, que se concretizam na rotina diária da creche. Acolhem crianças dos 3 meses aos 3 anos de idade.

Morada: Lugar do Fujacal, Rua Sá de Miranda, 4700-352 Braga
Horário: Segunda a sexta-feira: 08h00 - 19h30 (todo o ano)

APOIO À TERCEIRA IDADE

- ERPI Nevarte Gulbenkian
Rua da Escola de Enfermagem 4700-352 Braga
- ERPI D. Diogo de Sousa
Rua da Escola de Enfermagem 4700-352 Braga
- ERPI N.ª Sr.ª da Misericórdia
Largo de Santa Tecla, nº 44, 4715-047 Braga

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Serviços disponibilizados:
• higiene pessoal; alimentação; tratamento de roupas;
• higiene habitacional; entre outros.
Horário: Segunda a sexta-feira (exceto feriados) - 09h00 - 18h00

Centro de Dia

Largo de Santa Tecla, nº 44, 4715-047 Braga
Horário: Segunda a sexta-feira (exceto feriados) - 09h00 - 18h00

OUTRAS ATIVIDADES

- SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social:
Av. Artur Soares, nº 324 - Fracção BC
S. Vicente, 4700-363 BRAGA
Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira - 10h00 - 13h00 / 14h00 - 17h30
Contactos:
932 115 898 / e-mail:
saas.geralscmbraga@gmail.com

Palácio do Raio

Serviços administrativos,
Rua do Raio, nº 400, 4700-920 Braga
T. 253 205 100 F. 253 205 101
geral@scmbraga.pt • www.scmbraga.pt
Horário: Segunda a Sexta-feira
09h30 - 13h00 / 14h30 - 17h00

Cantina Social

Serviço de apoio alimentar gratuito, instalado na Rua Abade da Loureira, que oferece refeições diárias, à hora do almoço, a utentes sinalizados pelas entidades parceiras de atendimento e acompanhamento social.

Culto Católico

A Misericórdia, em harmonia com o seu espírito tradicional e a sua missão, mantém o culto diário nas suas Capelas e Igrejas.

- **Capela de S. Bento:** Aberta à comunidade de segunda-feira a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, exceto quinta-feira (encerra às 24h00);
- **Igreja da Misericórdia:** Missa ao domingo, 09h30;
- **Igreja do Hospital de S. Marcos:** Missas de segunda a sexta-feira às 09h30 e ao domingo às 10h30.



**FARMÁCIA
DA MISERICÓRDIA
DE BRAGA**

Valência de Economia Social

Aconselhamento Profissional • Medicamentos Manipulados
Serviço de entrega ao domicílio • Serviço "Encomenda Express"
Dermocosmética • Preparação individualizada de medicação

FARMÁCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA

Largo Carlos Amarante, 4700-308 Braga
Tel. 253 201 680 • Fax 253 201 689
farmacia@scmbraga.pt • www.scmbraga.pt

DIREÇÃO TÉCNICA
Dr.ª Ângela Daniela Marques da Ponte



500 Anos
ao Serviço
da Solidariedade

UMINHO: UM BALANÇO E UM OLHAR PARA O FUTURO NO ANO DA CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA UNIVERSIDADE



RUI VIEIRA DE CASTRO

Reitor da UMinho.



Refere a importância que a criação da universidade teve na região e como ela se mantém ao nível empresarial, económico, social e cultural.

Qual é a relação da Universidade do Minho com a região?
A Universidade do Minho está a celebrar os seus 50 anos de existência. Surgiu num contexto de renovação do Ensino Superior em Portugal, no ocaso do Estado Novo e por impulso dos setores progressistas que existiam dentro do regime, designadamente o Professor Veiga Simão.

Neste quadro, a Universidade do Minho é criada com a intenção de ser um motor para o desenvolvimento da região do Minho e assim foi desenvolvido este projeto. Seja ao nível da educação, da investigação ou da transferência do conhecimento, a instituição tem procurado sempre ter um papel na Sociedade. Sabemos que a função primordial da Universidade é contribuir para o alargamento das fronteiras do conhecimento humano, mas também sabemos que a aplicação desse conhecimento deve ser transformadora num contexto real.

O impacto desta instituição na sociedade civil pode ser aferido, nomeadamente, pela sua contribuição para a qualificação académica dos cidadãos. A Universidade do Minho tem hoje 21.000 estudantes, cerca de 45% dos quais frequentam uma pós-graduação, o que demonstra a forte aposta da instituição na formação mais avançada, circunstância que tem impacto na economia e no quotidiano da região.

Mas há outros dados que mostram o papel que esta Universidade tem desempenhado na região. Construiu, em parceria com a multinacional Bosch, um programa de investigação aplicada com uma dimensão e importância únicos no país, a avaliar pelo impacto que tem na atividade da empresa, na criação de postos de trabalho altamente qualificados, na capacitação da estrutura científica da Universidade e na dinamização e crescimento que introduziu no tecido económico da região. A Universidade do Minho foi o suporte essencial à expansão da capacidade científica no desenvolvimento de novos produtos da Bosch. De igual forma, estamos envolvidos num importante consórcio – integrando o Instituto Nacional da Administração, o ISCTE e a Universidade do Minho – que tem como finalidade o desenvolvimento de capacitação dos dirigentes de altos quadros da Administração Pública. A Universidade continuará, assim, o seu compromisso para com a região em várias dimensões.

A UMinho celebra o seu Cinquentenário no biénio 2023/24. O que se pode destacar neste programa?

Este é um momento de revisitação da história e de recuperação de memórias. Mas não queremos que as comemorações dos 50 anos da Universidade sejam apenas um momento de celebração, desejamos interrogar o presente e perspetivar o futuro. Por isso, no programa existem iniciativas de natureza múltipla. Temos previsto a realização de encontros académicos com entidades de Ensino Superior nacionais, mas também internacionais, para vincar o valor que damos à internacionalização.

Está em andamento um estudo sobre o impacto da Universidade na região, que contempla um trabalho coordenado pelo professor Fernando Alexandre sobre os 50 anos da instalação da Universidade na região e no país.

E temos vindo a realizar eventos culturais e artísticos que oferecemos à comunidade académica, às cidades de Braga e Guimarães, onde estamos instalados primordialmente, e ao Minho, em geral.

No dia 17 de fevereiro de 2024 assinalaremos, precisamente, 50 anos da realização da primeira reunião da Comissão Instaladora da Universidade e este é um marco histórico que será devidamente assinalado. Como se poderá desenhar a Universidade do Minho do futuro?

A Universidade do futuro vai ter que ser capaz de incluir novos públicos, de dar formação através do recurso a métodos híbridos, de se adaptar às inovações e novas tecnologias, mas também precisa de ser uma instituição capaz de assumir o mundo global em que vivemos e trabalhar, cada vez mais, num ambiente internacional, nomeadamente ao nível da investigação. Não é possível hoje imaginarmos uma abordagem local à ciência, pois a investigação só pode acontecer num contexto de redes de cooperação internacional, com partilha de recursos e infraestruturas.

O PULSAR VIBRANTE DA ECONOMIA MINHOTA



Artigo de
LUÍS CEIA

Presidente da Ceval –
Confederação Empresarial do
Alto Minho. CEVAL

Se porventura existe uma região que melhor reflete a realidade empresarial de Portugal, essa é indelévelmente o Minho. O pulsar vibrante da economia minhota, feita de uma amálgama de empresas, onde predominam as de cariz familiar, que nasceram do grito de empreendedorismo de muitas famílias, que colocaram todas as fichas, leia-se recursos disponíveis, que tinham e que não tinham, na mesma cesta e que dão emprego a muitos colaboradores, familiares e conterrâneos de uma vida. São estas empresas que sempre estiveram e continuarão a estar por cá, que pagam os seus impostos, assim como investem os seus lucros na região, contribuindo desta forma marcante para a economia local e nacional.

Em resumo, são estas empresas, que nos bons e nos menos bons momentos, sempre responderam às necessidades do país e independentemente das conjunturas, financiamentos europeus, criaram e continuarão a gerar riqueza e assegurar a perenidade do seu legado familiar. Mas, e muito particularmente nos últimos anos, a região tem sido albergue de multinacionais, que vão irradiando conhecimento, criando postos de trabalho e contribuindo para o alargamento de uma vasta rede de fornecedores de âmbito local. O dinamismo económico da região é sobremaneira alavancado pelo conhecimento depositado no ensino superior e profissional, nos centros de interface tecnológicos, instalados na região.

São estes indicadores que espiciam a necessidade de fazer cada vez mais e melhor, de reivindicar novas estruturas e equipamentos. Reivindicações mais do que justas, pois estão suportadas pelo trajeto feito até ao momento e poderão dar um forte contributo ao futuro promissor da região.

Por fim, e não menos importante, destacaria o posicionamento geográfico do território, paredes meias com a Galiza e a Área Metropolitana do Porto. Aquilo que poderia ser um corredor de passagem tem-se transformado num território que tira partido dessa transição entre Vigo e o Porto e acrescenta valor. Se a Galiza fosse um estado independente colocava-se como o sétimo parceiro económico de Portugal em volume financeiro de transações, sendo a Província de Pontevedra a quarta mais exportadora de Espanha, facto incontornável da posição de excelência da região Minho, que de uma região de periferia se transformou numa centralidade vibrante, onde circulam diariamente cerca de 32.000 transeuntes e passa mais de 50% das mercadorias que se destinam a Espanha.

MINHO: AS FORMAS DE FALAR E AS FORMAS DE VIVER



JOSÉ TEIXEIRA

Professor Associado de
Ciências da Linguagem da
Universidade do Minho.

O Minho tem um “dialeto” e usam-se muitos palavrões? É uma forma de falar diferente da do Porto? Questões como estas, aparecem quando o tema incide nos falares do Minho.

É com Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva que aparece, em 1958, o primeiro verdadeiro mapa dos dialetos e falares de Portugal. Neles, o Minhoto (que se estende até quase Aveiro) é apresentado como um “falar”, contendo 7 variedades, que incluem duas de cidade: a variedade de Braga e a do Porto.

Existe, hoje, um falar minhoto? Sim e não. Não, porque o Minhoto enquanto variedade dialetal praticamente já não é usado. Sim, porque continuam a notar-se particularidades diferenciadoras neste noroeste português que se estende até Aveiro. E a expressão “pronúncia da Norte” prova que há a perceção e a consciência coletiva deste facto.

As diferenças fonéticas (de “sotaque”) são as mais notadas: a diferença entre “tch” e “sh” já pouco se ouve, mas a pronúncia do sulista “v” como um “b” mais leve é muito frequente e a pronúncia do ditongo “ou”, não monotongado em “ö”, é praticamente geral. Couro e coro, não são, no Minho, pronunciadas da mesma forma, como impõe o padrão oficial do Dicionário da Academia de Lisboa.

Mas embora seja o “sotaque” que normalmente vem ao de cima nas formas regionais contrastantes de falar, é o léxico, as palavras usadas, que quase todos os dicionários (des)classificam em “provincianismos, regionalismos, populismos”, que podem refletir especificidades culturais das vivências das comunidades. Picheleiro/pichelaria (=canalizador), botar (=deitar), vós (=vocês), alagar (=destruir: “o terramoto alagou muros”), bolinhos de bacalhau (= pastéis de bacalhau) são palavras/expressões ainda de uso muito frequente. E não é apenas uma questão de substituir um termo por outro.

Há termos que desaparecendo, desaparecem com eles os conceitos e as vivências que referiam. Apenas como exemplo: o termo cascavelho não se encontra (nem nunca esteve) em nenhum dicionário português.

No entanto, ele é fundamental para se perceber a importância do cultivo da castanha na região do Minho: cascavelhos são as castanhas que não se desenvolveram dentro do ouriço, ficando mirradas. O termo está ligado aos rituais de fertilidade, a muitos sentidos metafóricos (=pessoa fisicamente frágil), ao facto de em épocas medievais, em que a castanha era o amido dos pobres, ser importante distinguir as castanhas dos cascavelhos. Pelos dicionários portugueses, nenhum registo ficará para a história deste importante conceito para as vivências e os falares da região do Minho.

Desaparecerá completamente o que ainda resta da forma de falar “minhoto”?

A tendência para a unificação linguística é muito forte e o hipercentralismo português ajuda e muito. Muito ainda se associa “falares regionais” a “deficiências culturais”, ideia assente no ignorante mito de que aqueles resultaram de “transformações erradas” de uma suposta língua padrão original e correta. Mas o Português “correto” que temos hoje, não é mais do que o Minhoto (“Galego-Português”) que conquistou todo o território e se expandiu por todo o mundo. Como muito bem disse um dos maiores especialistas na história do Português, Ivo de Castro, a língua portuguesa “não nasceu, como pensavam Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; não nasceu na Lusitânia, mas mais a norte, num território que vai continuamente desde a Corunha, no extremo setentrional da Galiza, até à ria de Aveiro e ao vale do rio Vouga.”

O Minho, é o coração deste berço!

“SÃO MAIS DE 100 ANOS DE DEDICAÇÃO AOS CLUBES, AOS ATLETAS E À REGIÃO”



MANUEL MACHADO

Presidente da Associação de Futebol de Braga.

A AF Braga tem já mais de cem anos mas continua a crescer e a procurar novas formas de promover o futebol, o futsal e o futebol de praia no distrito. O objetivo maior mantém-se - ter mais meninas e meninos a jogar à bola. Manuel Machado, Presidente da Associação de Futebol de Braga explica as apostas do presente e a importância de alguns projetos no crescimento sustentado desta Associação.

Para contextualizar, proponho uma breve apresentação da AFB e o seu âmbito de atuação?

A Associação de Futebol de Braga está desde 1922 ao serviço do futebol distrital e nacional. Filiada na Federação Portuguesa de Futebol, é uma instituição com estatuto de utilidade pública, condecorada em 1997 com a Medalha de Bons Serviços. Em 2022, ano do seu Centenário, recebeu a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo atribuída pelo Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Moreira Correia.

A AF Braga organiza mais de 50 provas oficiais de futebol, futsal e futebol de praia para milhares de atletas, de ambos os sexos e de todos os escalões etários (no total 23 000, dos quais 1207 são femininos), sendo a terceira associação de futebol do País com mais atletas inscritos na FPF.

Teremos na época 23/24, novamente seis clubes na I Liga, temos clubes em todas as competições nacionais, seniores masculinos e femininos, de futsal, futebol praia e nos escalões de formação.

É inegável que, desde que é presidente, os clubes do Minho são os que mais têm crescido relativamente à formação?

Sem dúvida, mas o reconhecimento deve ser dado aos clubes! O apoio dos Municípios é fundamental para o crescimento do número de atletas.

As ações que promovemos nas escolas, os apoios que damos aos Clubes, ajudam também a que os números cresçam. Mais atletas, mais probabilidade de haver qualidade. E obviamente, que nós também beneficiamos dessa qualidade.

No ano de centenário, a AF Braga venceu pela primeira vez o Torneio Lopes da Silva em sub-14, o maior torneio de formação organizado pela FPF, um momento histórico que nos deixou a todos muito orgulhosos. Sem a qualidade da formação que temos à disposição no Minho não conseguiríamos. E vencemos o Interassociações feminino sub16 revelador da aposta que tem sido feita na modalidade no feminino.

A AF Braga organiza mais de 50 provas oficiais de futebol, futsal e futebol de praia para milhares de atletas, de ambos os sexos e de todos os escalões etários (no total 23 000, dos quais 1207 são femininos), sendo a terceira associação de futebol do País com mais atletas inscritos na FPF.

Em relação ao que referiu, o desporto no feminino, qual a tem sido a aposta nesta área?

Em 21/22, Braga foi a Associação que mais cresceu no futebol feminino, essa tendência manteve-se na última época. Continuamos a crescer em número de atletas, continuamos a procurar criar mais oferta competitiva.

O ano passado reativamos a Copa Gallacia, para atletas sub-14, um torneio que reúne as Associações de Braga, Bragança, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e três Seleções da Galiza (Orense, Pontevedra e Vigo).

Em setembro, vamos apoiar a organização da Copa Ibérica de Futsal Feminino, uma iniciativa do GCR Nun'Álvares de Fafe, pioneira no panorama ibérico e que, acreditamos, contribuirá ainda mais para a valorização do futsal feminino do distrito. Terá lugar entre os dias 2 e 3, no Pavilhão Multiusos da cidade de Fafe, e conta com a participação do Campeão e Vice-Campeão dos Campeonatos Seniores de Futsal Feminino de Portugal e Espanha. Sport Lisboa e Benfica, Grupo Cultural e Recreativo Nun'Álvares, Burela FS e CD Futsi Navalcarnero, são as equipas já confirmadas para o Torneio.

A AF BRAGA tem ampliado, igualmente, o número de Clubes Certificados como entidades formadoras?

O processo de certificação é fundamental para a qualificação do futebol em Portugal. O trabalho feito para ter mais clubes certificados é contínuo, empenhado e exaustivo. Em 2018/19 apenas 8 clubes conseguiram a certificação.

Em 22/23, 72 clubes conseguiram ser certificados de 97 que concorreram a este processo. Este crescimento resulta de muito trabalho da subcomissão que acompanha o processo e dos clubes que investem continuamente na melhoria dos serviços que prestam aos seus atletas e à comunidade.

Dos 72 clubes certificados, três obtiveram 5 estrelas, oito alcançaram as 4 estrelas, quarenta e sete obtiveram três estrelas, oito conseguiram 2 estrelas, um clube foi certificado com uma estrela e cinco receberam a certificação com Centro Básico de Futebol de Formação.

Em relação à formação e cursos promovidos pela AF Braga, quais as áreas de atuação e setores de atividade que se destinam?

A AF Braga empenha-se ativamente na formação de agentes desportivos promovendo cursos de treinadores de futebol e futsal, cursos de árbitros de futebol e futsal, formações em gestão desportiva, cursos de dirigentes, entre muitas outras ações de formação. O investimento que sempre fizemos na capacitação de dirigentes é absolutamente imprescindível, porque as exigências competitivas e organizativas são, hoje, também, maiores.

Desporto é vida e nós promovemos saúde. Fomos distinguidos pela Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte na categoria Inspiração pelos projetos de educação para a prevenção do Cancro no mês de outubro no âmbito da Onda Rosa.

Na área social, qual o trabalho que a AF Braga tem desenvolvido?

Não poderia deixar de referir os “Craques da Leitura AFBRAGA”, no âmbito do Plano Nacional de Leitura 2027, que desafia os jovens a terem melhores hábitos de leitura inspirados por atletas de alta competição; o “Árbitro na Escola”, cujo principal objetivo é humanizar a figura do árbitro e promover a literacia para as leis de jogo, e as Palestras para Promoção da Igualdade de Género no Desporto.

Na promoção da igualdade de género, organizamos também o “Dar Voz ao Feminino”, onde colocamos os principais atores do feminino à conversa. Temos ainda promovido conversas abertas sobre saúde mental no desporto e o desporto como fator de prevenção das doenças mentais, um assunto que nos é muito caro. Desporto é vida e nós promovemos saúde. Fomos distinguidos pela Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte na categoria Inspiração pelos projetos de educação para a prevenção do Cancro no mês de outubro no âmbito da Onda Rosa. Em setembro deste ano, vamos alargar esta iniciativa assinalando também o setembro Dourado.



Artigo de
JOÃO MARTINS PIMENTEL

Presidente do Instituto Português da Qualidade.



A criação do Sistema Português da Qualidade (SPQ), em 1983, então sob a designação de SNGQ - que configura o quadro legal que estabelece e implementa as atividades da Normalização, da Metrologia e da Qualificação em Portugal - veio, de forma pioneira, antecipar e sublinhar o reconhecimento da importância e as vantagens de uma abordagem sistémica, inclusiva e coerente, destas atividades, as quais, orientadas por princípios universais fundamentais, se revelam essenciais para suportar e apoiar o desenvolvimento sustentável e a demonstração da Qualidade de forma credível, contribuindo para a prosperidade do País.

Estas atividades assumem-se um dos principais alicerces do comércio internacional, e podem influenciar a mudança e ajudar a transição para uma economia mais sustentável. Com efeito, elas estão presentes e influenciam o dia-a-dia de todos nós, em todos os domínios de atividade da sociedade, desde o ambiente, a segurança, a saúde, o ensino as tecnologias da informação e comunicações, os transportes, e em inúmeros outros setores da prestação de serviços, nomeadamente, o Turismo e também a Administração Pública.

Com efeito, a globalização dos mercados, a emergência das novas tecnologias a exigência de maior compatibilidade com as melhores práticas e os seus impactos ao nível da procura, da oferta e da distribuição de produtos e serviços, conferem à Qualidade um papel central incontornável na economia e na sociedade, como resposta às crescentes exigências dos consumidores e enquanto alavanca para a melhoria do desempenho da gestão e da competitividade das organizações e das empresas, no mercado global, independentemente do setor em que operem.

A INFRAESTRUTURA NACIONAL DA QUALIDADE COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PORTUGAL

Tal pressupõe a capacidade de interagir com outras organizações regionais e internacionais, incentivando o desenvolvimento industrial, criando condições para a redução de barreiras técnicas ao comércio e ao empreendedorismo, facilitando a cooperação técnica ao nível global, mas também como condição de acesso aos mercados mais importantes e a cadeias de valor mais vantajosas, porquanto potencia a credibilidade e o reconhecimento da competência das instituições, dos agentes económicos e do Estado.

É neste contexto que o IPQ assegura a representação de Portugal, com membro em diversas organizações europeias e internacionais relevantes, desde logo e na área da Normalização internacional, a ISO - *International Organization for Standardization* e a IEC - *International Electrotechnical Commission* e, no âmbito da Metrologia, a OIML (*Organization International de Métrologie Légale*).

Uma infraestrutura da Qualidade robusta e bem organizada, como base para as políticas públicas, oferece a vantagem e o potencial de promover, com credibilidade, a realização de metas políticas de uma forma mais eficiente.

Ao nível europeu, o IPQ integra o *European Committee for Standardization* (CEN); *European Committee for Electrotechnical Standardization* (CENELEC) e o *European Telecommunications Standards Institute* (ETSI), na área da normalização. No domínio metrológico, integra a EURAMET - (*European Association of National Metrology Institutes*) e a WELMEC (*European Legal Metrology Cooperation*).

Sendo estas dimensões indispensáveis para descrever produtos e serviços e demonstrar que cumprem os requisitos definidos, conforme exigido pelos governos ou pelo mercado, a sua inexistência fragilizaria a coordenação das políticas nestes domínios, inflacionando

exponencialmente os custos resultantes do *déficit* de harmonização das regulamentações e processos e, sobretudo, da ausência de uma visão política integradora, capaz de implicar as diferentes áreas do governo, as partes interessadas relevantes e a sociedade em geral em torno de um desígnio comum.

Assim, há que prosseguir a promoção e a divulgação da Qualidade e suas metodologias nos diferentes setores, junto das empresas, dos agentes económicos, das instituições de ensino e da formação, da administração pública e da Sociedade em geral, procurando estimular uma maior participação e envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento harmonioso da infraestrutura nacional para a qualidade, bem como a utilização das suas metodologias, tendo em vista o aumento da confiança das empresas, das organizações e dos cidadãos na Qualidade.

Esta abordagem é fundamental porque apoia e suporta o desenvolvimento sustentável, incentiva a inovação, promove o investimento e ajuda as empresas a posicionar-se de modo favorável, face às muitas oportunidades apresentadas pelo comércio internacional. Ao proporcionar maior compatibilidade com as melhores práticas mundiais, contribui de forma decisiva para a aceitação mútua das atividades e seus resultados, favorecendo a livre circulação de produtos e serviços e o comércio mundial, através da mitigação das barreiras técnicas no espaço da União Europeia e ao nível mundial.

Em diversos países, a infraestrutura da Qualidade desenvolveu-se de forma descoordenada e reativa face a necessidades imprevistas, exibindo, por isso, fragmentações e disfuncionalidades. Contudo, apesar da diversidade dos modelos e das abordagens organizativas, todas tendem a suportar-se em idênticos princípios e regras de funcionamento, apontando, os mais eficazes, para sistemas abrangentes e transversais.

Atualmente, verifica-se que muitos Governos procuram, de forma articulada e com as organizações relevantes, reorganizar a sua infraestrutura da qualidade, criando sistemas integrados, adequados aos seus objetivos, eficientes e fáceis de usar, porquanto se revelam indispensáveis a todas as dimensões da sociedade.

É a noção da premência deste desafio, que terá determinado a inclusão pelas Nações Unidas (ONU) na sua Agenda Estratégica 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o ODS n.º 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, procurando valorizar a Qualidade, como objetivo estratégico prioritário e enquanto condição para o desenvolvimento sustentável dos países, reconhecendo que as sociedades avançadas contam com sistemas, mais ou menos descentralizados e com maior ou

menor autonomia, para garantir o funcionamento adequado do mercado, proteger a saúde e a segurança das pessoas, bens e animais, e preservar o ambiente.

Com efeito, uma infraestrutura da Qualidade robusta e bem organizada, como base para as políticas públicas, oferece a vantagem e o potencial de promover, com credibilidade, a realização de metas políticas de uma forma mais eficiente, mais eficaz e transparente, simplificando a legislação, garantindo a sua aceitação pelas partes interessadas, promovendo abordagens inovadoras, tornando-as mais participadas, mais inclusivas e melhor preparadas para responder às preocupações relacionadas com a proteção do ambiente e da saúde, bem como às dimensões da ética e da responsabilidade social, indispensáveis ao bem-estar e à felicidade da Sociedade.

Ao celebrarmos 40 anos da criação do Sistema Português da Qualidade (SPQ), é justo assinalar o papel determinante e fundamental desempenhado pelo Instituto Português da Qualidade ao longo das últimas décadas.

Uma política nacional para a qualidade, coordenada ao mais alto nível e envolvendo os diferentes setores da sociedade, constitui-se, assim, como um importante instrumento de governo, na medida em que possa definir uma orientação estratégica clara para todas as áreas governativas sobre os objetivos a perseguir, os meios e as infraestruturas nacionais que podem contribuir para consolidar, potenciar, monitorizar e melhorar a respetiva prossecução, fomentando uma verdadeira cultura da Qualidade.

Ao celebrarmos 40 anos da criação do Sistema Português da Qualidade (SPQ), é justo assinalar o papel determinante e fundamental desempenhado pelo Instituto Português da Qualidade ao longo das últimas décadas, enquanto entidade gestora e coordenadora, responsável pelo seu desenvolvimento e promoção e pela afirmação da Qualidade, enquanto filosofia de gestão, como desígnio nacional.

Mais que um mero registo histórico, esta evocação deve ser encarada como um desafio à evolução do SPQ e à capacidade de reinventar-se, prosseguindo a sua natureza agregadora, consciente da relevância do seu papel estruturante para o desenvolvimento do país e para o bem-estar da Sociedade portuguesa.

É também esse o desafio que o Instituto Português da Qualidade assume na sua missão.

“RELACRE, FOI PERCURSORA E INOVADORA, CRIANDO CONDIÇÕES PARA APOIAR A COMPETITIVIDADE NACIONAL EM DIFERENTES DOMÍNIOS”



ÁLVARO SILVA RIBEIRO

Presidente do Conselho de Administração da RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal, explica como esta entidade junta os laboratórios em rede criando estratégias comuns que permitem encarar os novos desafios de forma mais robusta, mas também, faz o balanço e uma antevisão de eventos organizados pela RELACRE de índole inovadora e tecnológica.

Qual a origem da RELACRE e como se desenvolveu nestes 32 anos de atividade?

A RELACRE foi criada em 1991, com o objetivo de juntar os laboratórios numa rede, permitindo promover o diálogo para o fortalecimento ao nível técnico e económico, promover as suas capacidades e competências e estabelecer condições para a sua competitividade neste exigente mercado.

Ao longo da sua existência a RELACRE tem pautado a sua ação no sentido de cumprir esta importante missão de apoiar e representar a comunidade de laboratórios, ajustando o seu campo de atuação às crescentes necessidades apresentadas pelos laboratórios, ciente do seu papel na sociedade.

Qual a intervenção e posicionamento da RELACRE ao nível das áreas da Normalização/Metrologia/Acreditação?

A RELACRE tem uma ação transversal que interage com diversas atividades económicas, refletindo a diversidade dos laboratórios, vitais para garantir a segurança e a qualidade de vida.

A ação desenvolvida na RELACRE tem um elevado impacto na formação e capacitação técnica, na realização de eventos para a disseminação do conhecimento, na concretização de atividades da garantia da qualidade e na criação de sinergias e de redes colaborativas.

Neste sentido, o papel da RELACRE e dos seus Associados é determinante na construção dos pilares da Qualidade, onde se inclui a Normalização e a Metrologia, e na consolidação da Acreditação como elemento-chave para a internacionalização da economia portuguesa.

A RELACRE foi recentemente reconhecida como a entidade nacional com a acreditação vigente mais antiga, no âmbito da certificação de pessoas. O que significou para a RELACRE este marco e como se desenvolveu este percurso até aos dias de hoje?

O Organismo de Certificação de Pessoas foi criado em 1999 com o objetivo de contribuir para o reconhecimento, de forma independente, das competências dos técnicos de ensaio e dos resultados obtidos, tendo sido acreditado há mais de 20 anos.

Ao longo dos anos, tem sido crescente a procura de técnicos certificados, como forma de dar resposta à crescente exigência do mercado, com vista a garantir a segurança de pessoas e bens. A certificação facilita ainda a mobilidade nacional e internacional dos técnicos, uma vez que os mecanismos de avaliação têm por base normas harmonizadas e procedimentos acreditados, por entidade independente e reconhecida internacionalmente, por via de acordos de reconhecimento mútuo.

Em muitos contextos a RELACRE foi precursora e inovadora, criando condições para apoiar a competitividade nacional em diferentes domínios, entre os quais a certificação de pessoas. Foi, por isso, reconfortante receber o reconhecimento da sua ação, o qual fortalece a nossa motivação para continuar o caminho em parceria com a comunidade de laboratórios, prevendo-se o alargamento a outros âmbitos de atuação.

A RELACRE está a organizar uma conferência conjunta (IMEKO TC8, TC11 e TC24) que se realizará de 11 a 13 de outubro de 2023, no Funchal. O que está previsto acontecer neste evento?

Esta conferência é mais um evento marcante para a RELACRE prossequindo uma visão estratégica que pretende promover a disseminação do conhecimento tecnológico e científico em território nacional, facilitando o acesso a informação atual aos laboratórios e à indústria, bem como, estabelecer-se como pivot da relação entre as partes interessadas com interesse na atividade laboratorial.

Este evento tem o interesse adicional da realização de reuniões anuais e da assembleia geral da EUROLAB em Portugal, juntando delegações de mais de 25 países de vários continentes para discutir estratégias e linhas de ação, visando aumentar a competitividade, a transparência do mercado, a eliminação de barreiras comerciais e a regulação da atividade dos laboratórios e dos organismos de avaliação da conformidade.

No âmbito da indústria laboratorial, na promoção da inovação e da troca de conhecimento, a LABSUMMIT 2024 será um grande evento, coorganizado pela RELACRE. Quais os grandes desafios para este Labsummit?

Esta iniciativa conjunta da RELACRE, da Ambidata e do ISQ traduz uma visão de futuro que pretende expor os avanços tecnológicos emergentes (baseados em inteligência artificial, blockchain, IoT), e a sua interação com os desafios sociais das cidades inteligentes, da mobilidade e do planeamento urbano, da gestão dos recursos, da transição verde e digital, da cibersegurança e da sustentabilidade. No essencial, pretende-se promover a ideia de que os laboratórios têm um papel essencial para garantir que os produtos e serviços do futuro têm a qualidade e a segurança exigidas pelos utilizadores e cidadãos.

No que diz respeito à cooperação internacional, quais as parcerias que a RELACRE mantém de forma a ter uma intervenção conjunta num mercado global?

A RELACRE tem, desde a sua origem, uma forte ligação a diversas organizações internacionais (EUROLAB, IMEKO, EFNDT, ICNDT, EURACHEM), frequentemente nos quadros dirigentes destas organizações, o que lhe tem permitido aceder a informação relevante e a ter uma ação eficaz na defesa da economia nacional, nomeadamente, na capacidade de resposta dos laboratórios face à dinâmica dos mercados internacionais e na influência de decisões que determinam o seu sucesso da atividade laboratorial no contexto interno e externo.



Quais os novos projetos da RELACRE num futuro próximo?

A RELACRE pretende representar eficazmente os interesses da comunidade de laboratórios acreditados e dos seus profissionais no contexto nacional e internacional, valorizar a imagem pública da atividade laboratorial na Sociedade e fortalecer as sinergias e a colaboração em rede com as partes interessadas.

Em síntese, ajudar a promover a importância da comunidade de laboratórios na concretização dos grandes desafios estruturantes da Sociedade do futuro, destacando-se nestes a transição verde e digital e os objetivos da sustentabilidade das Nações Unidas, representando valores com os quais nos identificamos.

A RELACRE tem uma ação transversal que interage com diversas atividades económicas, refletindo a diversidade dos laboratórios, vitais para garantir a segurança e a qualidade de vida.

labsummit® 2024

16–18 May 2024

Convento São Francisco
Coimbra, Portugal

Innovating the Future, One Lab at a Time



Organization



www.labsummit.com



Artigo de
LEOPOLDO CORTEZ

Presidente do Instituto Português de Acreditação, IP. (IPAC)

A infraestrutura nacional da qualidade conhecida como SPQ começou por ser uma semente, lançada 40 anos atrás, para criar uma rede de estruturas que garantissem a prestação dos serviços necessários ao aumento da competitividade dos agentes económicos e ao completar da integração de Portugal no Mercado Único. Na altura, o Instituto Português da Qualidade (IPQ) desempenhou um papel singular, assumindo as funções de normalização, metrologia e certificação.

O sucesso do desenvolvimento económico exigiu a descentralização, pelo que as funções de certificação de sistemas de gestão, primeiro, e certificação de produtos, depois, foram transferidas para entidades privadas, assumindo então o IPQ maior relevo com o papel de organismo de acreditação. Contudo, os normativos internacionais impuseram regras de imparcialidade mais exigentes aos organismos de acreditação, e foi automatizada essa função para o Instituto Português de Acreditação (IPAC) em 2004.

A atividade de acreditação conheceu um novo impulso com o Regulamento (CE) 765/2008, que definiu um enquadramento legal comum para o exercício da atividade de acreditação em todos os Estados-Membros, focado na existência de um único organismo nacional de acreditação em cada Estado-Membro, cuja atividade tem de ser obrigatoriamente reconhecida como equivalente à dos restantes organismos nacionais de acreditação (que tenham sucesso nas avaliações periódicas entre pares).

Desde então, o número de atos legislativos comunitários que recorre à acreditação tem vindo a aumentar não só em quantidade, mas também em diversidade.

SISTEMA PORTUGUÊS DA QUALIDADE - 40 ANOS A PENSAR A QUALIDADE COMO UM DESÍGNIO NACIONAL



A este sucesso comunitário, juntou-se o sucesso nacional, e um número crescente de autoridades nacionais recorreu à acreditação para habilitar ou autorizar entidades para exercerem avaliação da conformidade nas áreas que tutelam. Este crescimento é mensurável: em 1994, ano em que o IPQ criou uma unidade interna só para prestar serviços de acreditação, existiam 94 entidades acreditadas – atualmente, existem perto de 900 entidades acreditadas, e o IPAC tem de realizar cerca de 1000 avaliações anuais, recorrendo a uma bolsa de peritos externos de quase 500 especialistas.

Este crescimento é mensurável: em 1994, ano em que o IPQ criou uma unidade interna só para prestar serviços de acreditação, existiam 94 entidades acreditadas – atualmente, existem perto de 900 entidades acreditadas.

A acreditação está na primeira linha dos desafios atuais – no desenvolvimento sustentável, na transição verde ou ambiental e na transição digital. Prestamos acreditação em mais de 140 setores do conhecimento humano e tecnológico, desde a cibersegurança às assinaturas eletrónicas, da marcação CE à inspeção de bens e equipamentos, da verificação das emissões de gases de efeito de estufa à certificação da produção biológica e controlo oficial de géneros alimentícios, da certificação das máscaras para uso social durante o COVID-19 à reciclagem e à proteção de dados pessoais.

Novos desafios emergem, como seja a inteligência artificial, mas estamos confiantes na capacidade de adaptação e resposta do SPQ e dos seus parceiros para os ultrapassar.



Artigo de
MAUREEN LOGGHE

Presidente da European co-operation for Accreditation (EA)

É um grande prazer para mim como Diretora-geral do organismo de acreditação belga BELAC, e especialmente como Presidente da Cooperação Europeia para a Acreditação - conhecida como EA – dar os parabéns aos nossos colegas de Portugal pela comemoração dos 40 anos do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

É com a criação destas redes nacionais que se aumenta o impulso para fomentar as redes regionais e internacionais. E estou particularmente feliz por confirmar que a EA está presente na assinatura de um Memorando de Entendimento para estabelecer a Rede Europeia de Infraestruturas de Qualidade, juntamente com as organizações metrologias europeias: Euramet e WELMEC, assim como os organismos europeus de normalização; CEN e CENELEC.

Há alguns a rede de correspondentes internacionais foi estabelecida, INetQI, juntando-se a estes, o IAF e ILAC para acreditação, o BIPM e OIML para metrologia e ISO e IEC para padronização.

Normalmente, quem está fora da infraestrutura da qualidade tem alguma dificuldade em entender o significado da Acreditação para avaliação de conformidade e como os reguladores precisam cooperar com organismos de Acreditação.

A legislação pode definir o caminho, mas depois cabe à Acreditação, a avaliação da conformidade, assim como a fiscalização do mercado para garantir que o caminho é percorrido utilizando a normalização e a metrologia para assegurar a consistência e fiabilidade, sendo que a infraestrutura de qualidade anda de mãos dadas com a legislação. Estes pilares em cooperação estreita criam um mercado interno com um bom funcionamento.

“NESTA ERA DIGITAL A ACREDITAÇÃO DESEMPENHA UM PAPEL FUNDAMENTAL”



No entanto, muitos desafios estão por chegar, a Comissão Europeia está a propor uma nova legislação, onde a acreditação silenciosa é com frequência valorizada. Na Comissão Europeia fala-se de um desenvolvimento sustentável ou mesmo do Green Deal, cada vez que a acreditação é considerada parte da solução para estas questões vitais.

A legislação pode definir o caminho, mas depois cabe à Acreditação, a avaliação da conformidade, assim como a fiscalização do mercado para garantir que o caminho é percorrido utilizando a normalização e a metrologia para assegurar a consistência e fiabilidade.

Há alguns anos atrás, o cibercrime não era um tema importante como atualmente, do mesmo modo, nesta era digital a acreditação desempenha um papel fundamental.

O desafio é crescente com o uso da inteligência artificial que também afetará a maneira como os parceiros da infraestrutura de qualidade operam e trabalham em conjunto.

Não conseguimos avaliar o impacto que a acreditação tem nos bastidores... Como se diz, a acreditação faz parte da infraestrutura da qualidade. O mercado interno beneficia da cooperação estreita com a rede europeia de infraestruturas de qualidade, porque ter redes nacionais a trabalhar em cooperação com os seus pares europeus e internacionais ajuda a criar uma rede que funciona como uma só.

Por isso, mais uma vez, parabéns a Portugal e à celebração dos 40 anos de parceria com o Sistema Português da Qualidade.



ALINE CORTEZ

Administradora da eiC – Empresa Internacional de Certificação, evidencia o papel da certificação no impacto de um mercado competitivo, como garante de qualidade no âmbito de sistema de gestão, serviço, produto, e como a empresa “promove soluções diferenciadas e customizadas para cada cliente, sempre com o intuito de melhorar a *performance* das organizações parceiras.”

Como a eiC se apresenta no mercado nacional?

A eiC, Empresa Internacional de Certificação S.A., foi constituída no ano 2000 como resultado do interesse comum de entidades com reconhecido conhecimento e experiência na área da certificação.

Somos acreditados pelo IPAC (Instituto Português da Acreditação), desde 2001, para a certificação de Sistemas de Gestão (nomeadamente Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança de Informação, Investigação Desenvolvimento e Inovação), Produtos e Serviços cumprindo as regras do IAF (*Internacional Accreditation Forum*), entidade independente a nível mundial que define quais os procedimentos que os organismos emissores de certificação devem ter para garantir serviços competentes e imparciais. Registe-se como curiosidade que fomos recentemente homenageados por sermos o primeiro organismo de certificação de produtos acreditado em Portugal.

A eiC assume o seu papel no setor da certificação, reconhecida pelo seu prestígio e conhecimento dos diferentes mercados onde se insere. É nossa política promover soluções diferenciadas e customizadas para cada cliente, sempre com o intuito de melhorar a *performance* das organizações que são nossas parceiras.

Além disso, estamos presentes com os nossos serviços em Espanha, Itália, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Uruguai e Chile.

eiC: UMA PARCERIA QUE GARANTE A QUALIDADE DA SUA EMPRESA



Como se desenvolve um processo de certificação e quais as vantagens para uma empresa?

O objetivo da certificação é evidenciar que um sistema de gestão, serviço, produto cumpre os requisitos das normas estabelecidas pelos organismos internacionais de normalização (ISO, IEC, CEN e CENELEC) dando confiança a terceiros sobre a sua conformidade.

Para obter qualquer certificação a organização deve, internamente, começar por avaliar se cumpre os requisitos definidos no referencial normativo que selecionou, e numa primeira fase implementar todas as medidas que lhe permitam garantir que os atinge.

A certificação está muito longe de ser uma questão de imagem, mas sim de credibilidade, empenho em conhecer as necessidades dos clientes, até porque as empresas que optam pela certificação gerem melhor as suas fragilidades e potenciam os seus pontos fortes.

É fundamental para o sucesso do projeto o envolvimento de toda a organização, gestão de topo e os diferentes níveis de colaboradores. Motivar a equipa a ter esse objetivo comum e acreditar na relevância do funcionamento do um sistema de gestão conduzirá a impactos positivos no seu quotidiano, na persecução permanente da melhoria contínua.

A certificação é o culminar da nossa avaliação da conformidade, através da realização de auditorias e/ou ensaios no caso dos produtos, que nos permitam afirmar, certificar, através da emissão de um documento designado “certificado” válido por ciclos de três anos.

Anualmente há repetição das nossas avaliações (auditorias) para confirmar que o(s) sistema(s) de gestão mantém o cumprimento dos requisitos a que se propõe.

Qual o papel da certificação num mercado exigente e global?

Do ponto de vista da organização a certificação visa a melhoria contínua dos processos, sendo uma ferramenta útil para um melhor conhecimento das expectativas dos clientes, permitindo assim um posicionamento no mercado resultante de um melhor conhecimento do mesmo. Para o consumidor, a aquisição de algo que exibe uma certificação, gera confiança ao saber ter sido avaliado por entidades independentes, competentes e credíveis.

Mas não fugindo à sua questão, num mercado global altamente concorrencial, a certificação pretende ser um elemento diferenciador que facilita a sua colocação no mercado.

Nesta área a eiC é um dos principais *players*, com experiência comprovada em vários setores de atividade. O nosso trabalho consiste em auxiliar as empresas na busca da melhoria dos seus processos e estratégia de atuação, que as levará a tornarem-se mais competitivas.

Por isso, a certificação está muito longe de ser uma questão de imagem, mas sim de credibilidade, empenho em conhecer as necessidades dos clientes, até porque as empresas que optam pela certificação gerem melhor as suas fragilidades e potenciam os seus pontos fortes, proporcionando indicadores que, devidamente colocados em prática, promovem uma gestão com base em medições, garantindo uma avaliação concreta da evolução do trabalho realizado e consequentemente uma correta tomada de decisões.

Em que a eiC se diferencia e destaca num mercado altamente concorrencial?

Existem valores que para a eiC são inalienáveis: o rigor na análise, a responsabilidade assumida, a proximidade e uma sólida parceria com os clientes. Deste modo, é uma preocupação nossa continuar a evoluir, procurar continuamente novos processos e ferramentas para apresentar as melhores soluções aos clientes.

Somos uma empresa dinâmica, juntando competência técnica a uma boa capacidade de resposta, uma equipa profissional e rigorosa no seu desempenho que desburocratiza, com uma atuação assertiva, sem perdas de tempo ou intervenções desnecessárias, mas com sentido de oportunidade e a credibilidade que a atividade de certificação exige e garante.

Até porque atualmente para as empresas “tempo é dinheiro”, o nosso papel é garantir essa celeridade, aliada a um forte complemento de seriedade, compromisso e segurança.

Existem valores que para a eiC são inalienáveis: o rigor na análise, a responsabilidade assumida, a proximidade e uma sólida parceria com os clientes.

É na defesa destes valores que nos destacamos no mercado, até porque temos provas dadas durante as duas décadas de existência e com mais de 1500 empresas certificadas.

eiC
empresa internacional de certificação

ELEVADA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO

COM SOLUÇÕES:
OPORTUNAS, RIGOROSAS, EFICAZES

CERTIFICAÇÕES:

- SISTEMAS DE GESTÃO
- SERVIÇOS
- PRODUTOS
- CONTROLO DE PRODUÇÃO EM FÁBRICA

T: 214 220 640 F: 214 220 649 E: geral@eic.pt

www.eic.pt

PEFC: A IMPORTÂNCIA E AS VANTAGENS DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL



PAULA SALAZAR

Adjunta de Direção do PEFC Portugal, fala-nos da importância de uma gestão florestal profissional e certificada, ancorada nos princípios de sustentabilidade ambientais, sociais e económicos como a melhor garantia de qualidade que o sector florestal pode dar à sociedade. A Certificação PEFC - Programa para o Reconhecimento da Certificação Florestal, serve este propósito, e em Portugal está vinculada à Norma Portuguesa 4406 para a Gestão Florestal Sustentável, elaborada dentro do Sistema Português da Qualidade.

Qual tem sido o percurso do PEFC e quais as entidades envolvidas neste programa?

Há sensivelmente duas décadas atrás, o PEFC Portugal, através dos seus membros fundadores, foi responsável por iniciar o movimento para a certificação da gestão florestal sustentável sob a égide do Sistema Nacional da Qualidade, acabando por concluir, em 2005, o processo de reconhecimento internacional da Norma Portuguesa 4406 pelo Programa para o Reconhecimento de Sistemas de Certificação Florestal (*Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes*, PEFC).

O PEFC propunha-se resolver um problema que afetava sobretudo os pequenos proprietários florestais europeus, que pela sua dimensão não tinham condições para obter a certificação florestal, e dar notoriedade às múltiplas iniciativas nacionais de certificação florestal.

Portugal associou-se como membro fundador, por partilhar as mesmas preocupações (somos o país com maior área florestal privada na Europa - 84%, propriedade comum 14% e apenas 2% é do domínio público) e porque nos afetava, particularmente, a ausência de gestão ativa.

O trabalho foi desenvolvido pela Comissão Técnica de Normalização 145, tendo na base as resoluções das Conferências Ministeriais para a Proteção das Florestas na Europa (Helsínquia 1993 e Lisboa 1998) – das quais viriam a destacar-se os critérios e indicadores para a gestão florestal sustentável a nível operacional.



Este passo foi fundamental para edificar um processo nacional que se pretendia credível e transparente, em linha com as regras de normalização do Instituto Português da Qualidade, as mesmas estabelecidas para outros sectores de atividade.

O processo foi apoiado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Organismo Nacional Setorial, ainda hoje responsável pela coordenação dos trabalhos da CT145 e onde participam mais de 90 entidades. São entidades com interesses diretos e indiretos na gestão florestal e por isso fundamentais para o consenso nacional sobre os parâmetros normativos que devem formar a base de uma gestão florestal profissional e sustentável.

De que forma a certificação florestal vem trazer credibilidade não só ao seu sector de atividade, mas também ao nível económico, social e ambiental?

As vantagens da certificação florestal vão desde a melhoria da perceção pública sobre a floresta e a atividade florestal, apoio no cumprimento das diretrizes ambientais, sociais e de governança por parte dos agentes económicos, aplicando-se ao setor público e privado, e diminuição do risco nas cadeias de abastecimento de produtos de base florestal. Através da certificação de Cadeia de Custódia PEFC, que se inicia imediatamente a seguir à certificação florestal, para assegurar a rastreabilidade dos produtos florestais até ao consumidor, as empresas podem demonstrar o seu compromisso com a sustentabilidade através de alegações credíveis e verificáveis, contribuindo efetivamente para uma transição verde.



A madeira e os produtos de base florestal estão na primeira linha para alcançar as metas de descarbonização, pois dão origem a produtos naturais, renováveis, reutilizáveis e recicláveis e que por fim são biodegradáveis. Para cumprirem este propósito deve ser assegurada a proveniência em origens sustentáveis e verificáveis.

Para os produtores florestais representa a valorização do seu compromisso com a gestão florestal sustentável e com as políticas e instrumentos de planeamento territorial definidos para o país e para as regiões que integram, e não menos importante, a possibilidade de colocação de madeira no mercado de produtos certificados, assegurando a continuidade dos seus meios de subsistência complementares, não deixando ninguém para trás.

Para os produtores florestais representa a valorização do seu compromisso com a gestão florestal sustentável.

Ao nível de requisitos para obtenção da certificação, além de ter de cumprir a legislação em vigor, quais os principais critérios exigidos?

O PEFC Portugal está em vias de concluir a renovação do reconhecimento da NP 4406 revista e publicada em 2022, mantendo o alinhamento com a meta-norma de Sustentabilidade Florestal do PEFC, adaptada ao contexto ambiental e socioeconómico do país, num processo participativo, integrado na CT145.

A norma segue a estrutura de alto nível da ISO, e por essa razão, é auditada enquanto sistema de gestão, tendo como parâmetros operacionais exigentes critérios de sustentabilidade ambiental, social e económicos.

Para obter a certificação é necessário em primeira instância cumprir a legislação aplicável, nacional e internacional, e 6 critérios de certificação, que por sua vez reúnem um conjunto de requisitos operacionais, dos quais se destacam:

1. **Manutenção ou fomento apropriado dos recursos florestais e o seu contributo para o ciclo global do carbono;** onde é requerido manter ou fomentar a área florestal e os serviços dos ecossistemas, assegurando a reposição dos recursos, através de regeneração natural ou plantação e manutenção adequada dos stocks de carbono.
2. **Manutenção da sanidade e vitalidade do ecossistema florestal;** as florestas são geridas para aumentar a diversidade genética das espécies e estrutural (composição) tornando-as mais resilientes a fatores bióticos e abióticos. Os pesticidas tóxicos perigosos são proibidos e os produtos químicos são substituídos por alternativas naturais ou a sua utilização minimizada.
3. **Manutenção promoção das funções produtivas das florestas (lenhosas e não lenhosas);** A gama de serviços ambientais que a floresta presta é mantida e protegida. São gerados alimentos, biomassa, madeira e cortiça.
4. **Manutenção, conservação e fomento adequado da diversidade em ecossistemas florestais;** é mantida, conservada ou melhorada a biodiversidade aos níveis da paisagem, do ecossistema, das espécies e da genética. São mantidos habitats e abrigos para os animais selvagens, respeitadas locais espirituais e de lazer e identificadas áreas de alto valor ecológico.
5. **Manutenção ou fomento apropriado das funções de proteção na gestão das florestas (principalmente solo e água);** essenciais na regulação do ciclo da água, sequestro e armazenamento de carbono, minimizando o impacto sobre linhas de água e aumentando a prevenção da erosão do solo;
6. **Manutenção ou fomento apropriado das funções e condições ao nível socioeconómico** onde os direitos dos trabalhadores e a sua segurança são protegidos, o trabalho local é encorajado, os direitos das comunidades rurais são respeitados. **Em resumo, significa Planeta, Pessoas e Florestas mais saudáveis, por via de uma visão holística e contextualizada para o território onde a certificação florestal é aplicada.**

No âmbito da nova versão da Norma Portuguesa 4406, quais as principais áreas que foram reforçadas ou incluídas?

A novidade da versão 2022 é de que a gestão sustentável passa a ser possível além dos limites da floresta, a Árvores Fora da Floresta, presentes em áreas não classificadas como floresta, como sejam áreas agrícola e urbanas. Outro aspeto de igual importância é a certificação dos serviços dos ecossistemas, como o carbono, biodiversidade, água e solo. São áreas de intervenção que o PEFC Portugal se encontra a promover, pelo seu contributo para a sustentabilidade e reconhecido papel no combate às alterações climáticas, suporte à vida e até para a saúde mental das populações.

Mais informações
www.pefc.org / www.pefc.pt



A GARANTIA DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA NA ÁREA DA ENERGIA



JOÃO FERREIRA

Diretor de Desenvolvimento do Instituto Tecnológico do Gás – ITG.

SANDRA BARREIROS

Diretora da Qualidade e Recursos Humanos do Instituto Tecnológico do Gás – ITG, refere a importância da certificação de produtos e equipamentos na área da energia, como “criação de códigos de boas práticas” e segurança, mas também como o Instituto tem “acreditações reconhecidas internacionalmente que permite a prestação de serviços no âmbito de vários domínios.”

De que forma o ITG se enquadra no sistema português de qualidade?

Nascemos 1976 com o nome Associação Portuguesa de Gases de Petróleo Liquefeitos (APGPL). Fomos criados pelas empresas petrolíferas Sacor, Cidla e Sonap, Gás Flaga Portuguesa, Petróleo Mecânica Alfa e Alumina. Mais tarde juntaram-se a Petrogal, Shell, BP, Petroquímica e Gás de Portugal, Mobil, EDP, entre outras da indústria do gás.

Um dos objetivos foi a criação de códigos de boas práticas, para trazer uniformidade de critérios às atividades de gases combustíveis. A legislação portuguesa naquela época tinha uma cobertura insuficiente e estes códigos foram a base técnica para a criação de normas e regulamentação nacional para a utilização e distribuição de gases combustíveis em Portugal.

Ainda passámos pelo nome de Associação Portuguesa dos Gases Combustíveis (APGC), mas desde 1997 que somos **Instituto Tecnológico do Gás - ITG**, uma associação privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública.

Continuamos hoje, quase 47 anos depois, com a missão de servir a indústria, enquadrando-nos nos subsistemas de acreditação e normalização do SPQ. Somos uma entidade acreditada de acordo com as normas NP EN/ISO IEC 17020, NP EN ISO/IEC 17024 e NP EN ISO/IEC 17065.

Somos ainda Organismo de Normalização Setorial, por delegação de competências do IPQ, para os setores dos derivados do petróleo, gases de origem renovável como o hidrogénio, os biocombustíveis líquidos e gestão da energia.

Quais as suas áreas de atuação do ITG no mercado nacional?

Atuamos essencialmente na área da Energia, através de certificação de produtos e equipamentos dedicados ao transporte e utilização de combustíveis, biocombustíveis e outros fluidos de origens renováveis, realização de inspeções e auditorias técnicas para avaliação da conformidade de produtos, serviços e instalações domésticas e industriais. Fornecemos, também, apoio ao desenvolvimento da indústria, como a qualificação de pessoas (soldadores), formação, ensaios laboratoriais, organização de estudos, etc., no âmbito dos combustíveis, biocombustíveis e outros fluidos de origens renováveis.

Como tem sido o seu percurso, nomeadamente quanto ao posicionamento a nível nacional no âmbito da Acreditação, Certificação e Normalização?

O primeiro contacto com o que é hoje o SPQ (Sistema Português da Qualidade) dá-se em 1990 através do reconhecimento pelo IPQ como Organismo de Normalização Setorial para a áreas dos produtos petrolíferos e gases combustíveis. Mais tarde, desde os anos 2000 até à data, incorporámos neste domínio a gestão da energia, os biocombustíveis, e mais recentemente, os gases de origem renovável como o biometano e o hidrogénio, e suas tecnologias. Posicionamos-nos assim como parceiros e parte ativa do desenvolvimento dos referenciais de qualidade que mais tarde serão vertidos em normas/standards para a indústria.

Com a criação dos referenciais de acreditação a nível internacional pela ISO, em 1989 fomos o primeiro organismo acreditado pelo IPQ para a realização de inspeções em Portugal pela norma NP EN ISO/IEC 17020.

Fomos evoluindo em parceria com o IPAC, entretanto formado, expandido as creditações para outros referenciais como a certificação de produtos pela NP EN ISO/IEC 17065 e a certificação de pessoas NP EN ISO/IEC 17024.

Que outras competências do ITG podemos destacar, incluindo na formação, consultoria, apoio tecnológico a fabricantes, importadores e indústrias?

Como associação e entidade reconhecida de utilidade pública, assumimos um papel de suporte e apoio tecnológico à indústria.

Na área da formação, somos entidade reconhecida pela DGERT para a formação de pessoas com licença profissional na área do gás, oferecendo também formação à medida construída com base na experiência acumulada ao longo dos anos. Segurança, ambiente, qualidade, combustíveis, gás ou soldadura, são algumas das áreas onde pode escolher fazer formação no ITG.

A presença dos nossos peritos em mais de 25 comissões técnicas europeias do CEN (*European Committee for Standardization*) e internacionais da ISO (*International Organization for Standardization*) é uma mais-valia na aquisição de informação privilegiada e na defesa dos interesses da indústria nacional na Europa e num mundo cada vez mais globalizado.

Complementarmente, com o *know-how* adquirido ao longo dos anos, oferecemos apoio técnico dedicado e individualizado aos desafios que os nossos associados e clientes vão enfrentando, nomeadamente através de apoio ao desenvolvimento de produtos de empresas nacionais e estrangeiras, realização de estudos diversos em relação à aplicabilidade de novos materiais ou materiais alternativos, de resistência de esquemas de proteção anti-corrosiva, de eficiência energética e segurança de equipamentos e aparelhos a gás, bem como consultoria em diversas matérias no âmbito da segurança, ambiente e *compliance* regulamentar.

Em relação à internacionalização, em que áreas e serviços existe uma participação do ITG com entidades estrangeiras?

O facto de possuímos creditações em vários domínios, que são reconhecidas internacionalmente, permite-nos prestar serviços a diversas entidades estrangeiras oriundas de diversos continentes. Assim, prestamos serviços de Inspeção, Certificação de Produtos, Certificação de Pessoas e Consultoria, a várias empresas sediadas no continente europeu, como Espanha, Reino Unido, Irlanda, França, entre outros, bem como em empresas sediadas no continente africano, como os PALOP, Quénia ou África do Sul.

Graças ao nosso estatuto como Organismo Notificado pela Comissão Europeia para as diretivas PED e TPED, estabelecemos parcerias com congéneres norte americanas e asiáticas para prestar serviços integrados nessas regiões do globo para clientes que procurem certificar os seus produtos para o mercado global, no qual se inclui o europeu.

Qual a estratégia do ITG quanto à descarbonização?

A descarbonização é um desígnio estratégico da sociedade e o ITG quer desempenhar um papel relevante neste domínio. Assim, através da coordenação direta da Comissão Técnica CT203 para o gás natural, biometano, hidrogénio, e outros gases

de origem renovável e suas misturas, ajudamos a desenvolver competências com as entidades reguladoras nacionais e os vários representantes da indústria em Portugal que estão a desenvolver projetos na área da descarbonização.

Outro exemplo é o esforço que tem vindo a ser realizado pela indústria dos hidrocarbonetos na busca de soluções alternativas renováveis e sustentáveis que possam substituir os atuais produtos por outros com muito baixas ou nulas emissões de carbono, como por exemplo os biocombustíveis e combustíveis sintéticos ou a utilização de DME/rDME, estando o ITG a participar ativamente no desenvolvimento de novas normas/standards para a indústria e a adequar as existentes para o novo paradigma renovável.

O envolvimento do ITG em representação de Portugal em comissões técnicas europeias e internacionais de normalização nestes sectores, fornecem os pilares que suportam o conhecimento que podemos aportar em atividades de apoio e consultoria à descarbonização das empresas nacionais.

Somos o parceiro para uma descarbonização e uma eficiência energética mais sustentáveis.

Quais os projetos em execução e a serem implementados num futuro próximo?

Continuamos a prestar apoio aos nossos associados e clientes no dia-a-dia em projetos diversos que passam pelo desenvolvimento de novos produtos e soluções para a indústria, como por exemplo a certificação do fabrico da nova garrafa de gás leve e inteligente ©Pluma da Galp Energia, sendo este um projeto em que participámos desde a fase de conceção. Temos em curso o apoio ao licenciamento de quase uma dezena de projetos de produção de Hidrogénio Verde, elaborando estudos de impacto ambiental, de prevenção de acidentes graves e de prevenção e controlo integrados da poluição.

Num futuro próximo, para o qual já estamos a trabalhar há algum tempo, pretendemos alargar o âmbito das nossas creditações, acrescentando mais um referencial de acreditação aos três que já possuímos, para oferecer um conjunto de serviços mais alargado e complementar aos nossos Associados e clientes, bem como prosseguir a nossa estratégia de internacionalização sustentada, abrindo filiais no Reino Unido e num outro país da África Austral, para além de continuar o nosso investimento em Angola, onde já temos representação.

Para este crescimento futuro muito contribui a nossa integração no âmbito do SPQ, uma vez que nos permite apresentar aos nossos clientes uma garantia de qualidade e excelência de serviço através das creditações que possuímos.



Por
ELENA SANTIAGO CID

Diretora-Geral do CEN e do CENELEC,
e

GIOVANNI COLLOT

Gestor de Projetos de Comunicação,
CEN e CENELEC.

Em 2023, a comunidade europeia de normalização celebra dois importantes aniversários: os 40 anos do Sistema Português da Qualidade, a que esta publicação é dedicada, e os 30 anos do Mercado Único Europeu. Esta dupla comemoração é uma oportunidade para destacar o papel das Normas Europeias (EN) na construção da Europa de hoje.

As Normas têm sido fundamentais para apoiar o mercado único. Ao harmonizar os requisitos e eliminar as barreiras técnicas, as Normas proporcionam acesso ao mercado e, assim, aumentam o comércio internacional, permitem a interoperabilidade, melhoram a garantia de qualidade, fomentam a concorrência e promovem a inovação. Como um dos pilares da Infraestrutura Europeia de Qualidade, as Normas criam confiança no mercado único.

O CEN e o CENELEC, como duas das organizações europeias de normalização oficiais, aproveitam a experiência da indústria, do mundo académico e das organizações de consumidores, em toda a Europa, para desenvolver Normas eficazes e atualizadas que garantam uma aceitação mais ampla do mercado.

No nosso trabalho, somos orientados pela nossa crença no valor do Sistema Europeu de Normalização: em particular, a sua singularidade reside na capacidade de reunir diversas partes interessadas para criar Normas baseadas no consenso que reflitam as necessidades do mercado e garantam o mais elevado nível de qualidade e segurança. Ao longo dos anos, a Normalização provou ser um divisor de águas: as Normas apoiaram a dupla transição verde e digital, impulsionaram a reindustrialização da Europa e forneceram soluções rápidas de mercado na luta contra a COVID.

No centro deste sistema está o princípio da Delegação Nacional, que assegura que todos os intervenientes nacionais relevantes estão envolvidos na definição de Normas, através do papel primordial dos Organismos Nacionais de Normalização – como o IPQ em Portugal.

O PAPEL DAS NORMAS EUROPEIAS NUM MERCADO ÚNICO FORTE



Este princípio reconhece a diversidade do nosso continente e garante a inclusão, a responsabilização e a liderança em temas prioritários para a Europa.

A este respeito, o IPQ tem liderado as discussões europeias sobre a resistência das estruturas aos sismos (CEN/TC 250/SC8 – Eurocódigos 8) e sobre as normas para infraestruturas (CEN/TC 256/SC1). Isso é feito em ampla colaboração e em paralelo com as organizações internacionais de normalização, a ISO e a IEC.

Num período de mudança, também vimos um apoio sistemático de políticas para a Normalização. A Estratégia Europeia de Normalização, lançada no ano passado pela Comissão Europeia, defende o papel estratégico das Normas e propõe ações para modernizar e reforçar o Sistema Europeu de Normalização, promover a liderança internacional no desenvolvimento de Normas e antecipar as necessidades de normalização.

Neste contexto, o CEN e o CENELEC estão determinados a apoiar a resiliência da Europa. Um Sistema de Normalização eficaz e ágil é fundamental para enfrentar os desafios globais e garantir a liderança económica da Europa.

As Normas podem ajudar a Europa a ter sucesso no maior desafio de todos, a transição verde: ao estabelecerem parâmetros de referência comuns e fornecerem orientações para a conceção ecológica, os princípios da economia circular e a gestão responsável dos recursos, promovem a eficiência energética e ajudam a reduzir as emissões.

À medida que as nossas sociedades se tornam mais digitais, as Normas são essenciais para garantir a interoperabilidade, a segurança e a confiança nas novas tecnologias. Permitem também que as empresas aproveitem plenamente as oportunidades da digitalização, salvaguardando os direitos dos cidadãos. Isso é evidente no debate atualmente em curso na UE e na comunidade da Normalização sobre como desenvolver uma Inteligência Artificial que possa ser confiável.

Para enfrentar esses e outros desafios, precisamos agir juntos. E o compromisso demonstrado pelo IPQ, e por toda a comunidade europeia de Normalização, permite-nos ser otimistas. Por isso, gostaria de felicitar o IPQ pelo seu louvável trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade, e estamos empenhados em continuar a trabalhar em conjunto.



Artigo de
PEDRO MANUEL SARAIVA

Presidente da Associação Portuguesa para a Qualidade, Vice-Reitor da Universidade NOVA de Lisboa, Presidente da APQ, Primeiro Vice-Presidente da European Organization for Quality (EOQ), Vice-Presidente da International Academy for Quality (IAQ), Membro do Board da American Society for Quality (ASQ).

A Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), conta atualmente com mais de 1.000 associados (individuais e coletivos), foi criada há mais de 50 anos e tem desempenhado um papel ativo na construção da Qualidade em Portugal (www.apq.pt), aqui se incluindo múltiplos contributos para a consolidação do SPQ.

Importa sublinhar a pertinência de se pensar e repensar a Qualidade enquanto verdadeiro desígnio e prioridade nacional. Portugal está a pagar o preço de tal ainda não ser feito com a intensidade que é imperativa para o nosso sucesso.

Tal requer uma mobilização alargada, pois “Qualidade Somos Todos Nós!”, um mote que temos procurado praticar diariamente, nas múltiplas iniciativas em curso dinamizadas pela APQ.

Sem qualquer tipo de apoio público do ponto de vista financeiro, e num enquadramento em que o PRR e o Portugal 2030 apenas marginalmente apoiam a Qualidade, nem por isso a APQ tem deixado de dar o seu melhor contributo, refletido por exemplo no enorme crescimento que temos registado em torno das nossas atividades de formação.

Orgulhamo-nos igualmente dos excelentes exemplos de qualidade que é possível encontrar em Portugal, e que reconhecemos através dos “APQ Awards”, mas ajudando também a levar além-fronteiras aquilo que de melhor se faz ao nível da “Qualidade Made in Portugal”.

“QUALIDADE SOMOS TODOS NÓS!”



Com grande sucesso, sendo de registar que os títulos de “European Quality Leader” reconheceram em dois anos consecutivos recentes gestores nacionais, e que dois produtos de empresas associadas da APQ alcançaram já a obtenção da marca “EQTM” (European Quality Trademark).

No presente ano a APQ tem a honra de acolher e organizar em Portugal o 64º Congresso Europeu da Qualidade, que vai ter lugar pela primeira vez na Região Norte (Vila Nova de Gaia).

Apelamos assim a todos os eventuais interessados nesta iniciativa a aproveitar esta oportunidade única de participar no evento, que terá lugar a 9 e 10 de novembro, com um programa aliciante e congregando mais de 400 participantes provenientes dos mais variados pontos do globo. Sugerimos que façam a sua inscrição rapidamente, pois o número de lugares ainda disponíveis é limitado (eoqcongress2023.apq.pt). Trata-se de uma ocasião singular para dar a conhecer também a qualidade que aqui se faz, através de uma montra internacional de promoção, divulgação e partilha.

No presente ano a APQ tem a honra de acolher e organizar em Portugal o 64º Congresso Europeu da Qualidade, que vai ter lugar pela primeira vez na Região Norte (Vila Nova de Gaia).

Parabéns ao SPQ e que venham mais 40 anos de sucesso, com contributos cada vez maiores e melhores da APQ, que está sempre disponível para firmar parcerias e acolher novos associados, pois “Qualidade Somos Todos Nós!”



PIONEIRA EM TECNOLOGIA INOVADORA QUE APOSTA NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

RUI RIBEIRO

Technical Director
(Departamento Técnico) à esquerda,

ANDRÉ CARNEIRO

New Business Director
(Departamento Comercial) ao centro e,

FERNANDO COSTA

Corporate Business Director
(Departamento Comercial) à direita.

Como a FRICON se contextualiza no mercado nacional e internacional, assim como quais as suas valências?

[André Carneiro (AC)/ Fernando Costa (FC)] A presença da FRICON no mercado português é notável, através da colaboração com grandes cadeias de supermercados como Pingo Doce, Sonae, Inter-marché e MiniPreço.

Com 80% dos seus equipamentos exportados, o sucesso internacional da FRICON e a sua capacidade de atender às diversas necessidades dos clientes em diferentes continentes são evidentes.

Com uma história que remonta a 1976, a FRICON alcançou uma forte reputação por fornecer equipamentos de supermercado - com 80% da sua produção dedicada a servir este setor -, e também soluções de refrigeração de bebidas e conservação de gelados, incluindo mobile.

Nas várias zonas do globo, a FRICON assegurou parcerias com marcas de prestígio como Marks & Spencer, Carrefour, Spar, Ara, Biedronka. Estas parcerias com líderes do setor em todo o mundo validam as suas capacidades e posicionam-na como um fornecedor de confiança no mercado internacional.

Qual a importância da eficiência energética e da sustentabilidade ao nível dos equipamentos de refrigeração?

[Rui Ribeiro (RR)] A crescente utilização de equipamentos de refrigeração no mundo, tem levado a que várias organizações



sensibilizem e regulamentem os intervenientes da nossa indústria. Já a FRICON trabalha constantemente no sentido da redução do consumo de energia.

[AC/FC] Ao investir em sistemas de refrigeração mais eficientes, as empresas reduzem significativamente os seus custos operacionais, resultando numa maior rentabilidade a curto-médio prazo. Além disso, estes alinham-se com os objetivos da sustentabilidade e dos seus stakeholders, demonstrando o compromisso com a responsabilidade ambiental e atraindo clientes eco conscientes.

Para a FRICON é crucial atingir um impacto reduzido no ambiente e um elevado nível de eficiência energética. Portanto, este tema dominante dá rumo a todas as nossas ações de desenvolvimento de produto, produzindo equipamentos com classificações energéticas de referência nas diferentes categorias em que se enquadram.

De que forma as soluções da FRICON com tecnologia inovadora conseguem diminuir o consumo energético, e por isso, reduzir a pegada ecológica?

[RR] Na FRICON existe desde cedo uma cultura enraizada no processo de Desenvolvimento de Produto direcionada para a eficiência energética. Em cada peça desenhada, em cada componente ou material selecionado, procuramos sempre avaliar a qualidade e o benefício energético.

Laboratório de testes FRICON.



A par de um sistema de refrigeração cuidadosamente otimizado é igualmente importante enquadrar o design e tipologia do equipamento às necessidades dos nossos clientes e ao layout da sua zona de frio, de modo a obter uma instalação eficiente do ponto de vista energético.

Por este motivo, promovemos regularmente a participação dos nossos clientes nos processos de desenvolvimento e cultivamos o conhecimento, procurando sempre posicionar-nos na vanguarda do estado de arte.

Como estas soluções se adaptam às necessidades do mercado, tanto a nível doméstico, como no setor comercial?

[AC/FC] As soluções de refrigeração sustentáveis e eficientes do ponto de vista energético, como os compressores de velocidade variável e os refrigerantes naturais como o R290, foram concebidos para se adaptarem à procura do mercado "doméstico" e do sector comercial, satisfazendo diferentes tipos de pontos de venda com dimensões variadas.

No sector do retalho, estes compressores desempenham um papel vital na satisfação da procura por soluções de frio energeticamente eficientes. Proporcionam um controlo preciso da temperatura, reduzem o desperdício de energia e melhoram o consumo de energia e o desempenho geral, alinhando-se com o foco do mercado na eficiência energética e na poupança financeira.

Upperdeck FV:

Expositor Vertical moderno e eficiente energeticamente para a máxima exposição de produtos refrigerados.



Além disso, a utilização de refrigerantes naturais como o R290 responde à procura de alternativas sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental e cumprindo os regulamentos.

Nos pontos de venda, a implementação de equipamentos de frio com portas podem aumentar a eficiência energética e reduzir os custos operacionais, enquanto minimizam o impacto ambiental. Esta iniciativa, combinada com outras tecnologias de poupança de energia, como os compressores de velocidade variável e os refrigerantes naturais, demonstra o compromisso da indústria com práticas de refrigeração sustentáveis e com a satisfação das expectativas dos clientes relativamente a soluções ambientalmente responsáveis.

Os equipamentos da FRICON conseguem uma diminuição no custo da energia e com isso ajudam a otimizar os resultados das empresas, mas também garantem a preservação da qualidade dos alimentos. Neste âmbito, de que forma a FRICON investe no I&D para apresentar produtos mais inovadores?

[RR] Em particular na última década, a FRICON promoveu um investimento extraordinário na área de I&D que permitiu diversificar e diferenciar os nossos produtos. Este investimento traduziu-se principalmente em reforço de quadros qualificados, formação e parcerias com entidades externas. Por outro lado, as infraestruturas foram também modernizadas tais como secções de ensaios, prototipagem e câmaras climáticas para teste de performance.

[AC/FC] Aliado a estas vantagens processuais e técnicas, estes esforços de I&D, auxiliam na compreensão das tendências do mercado. Esta abordagem holística e procura ativa de feedback dos clientes permitem à FRICON identificar desafios e oportunidades e fornecer soluções avançadas que reduzem os custos de energia e garantem a preservação da qualidade dos alimentos, posicionando-a, na vanguarda da refrigeração.

Tendo em conta ainda a sustentabilidade e a continuação da estratégia da FRICON quanto à inovação tecnológica. Quais os novos projetos que irão apresentar?

[RR] Estamos atualmente a trabalhar em duas frentes. A modernização e otimização de famílias de produtos existentes e o alargamento da gama permitindo uma maior oferta adequada às necessidades emergentes do mercado. Nomeadamente, o aumento da área de exposição, o realce do produto para venda, a adequação dimensional dos equipamentos aos espaços disponíveis tendo sempre por base os nossos princípios de sustentabilidade. Estas serão as características principais que podemos contar nos próximos produtos FRICON e que estamos ansiosamente a preparar o lançamento.



CRISTINA SOUSA ROCHA

Investigadora responsável do projeto do LNEG.



O projeto CIRCO Hub Portugal é um programa de capacitação e transformação dirigido a empresas e a designers, orientado para o desenvolvimento de produtos e negócios circulares. O seu principal objetivo é incentivar a economia circular através do design. Neste projeto, as empresas e os designers trabalham em conjunto para desenvolverem produtos, serviços e modelos de negócio circulares, segundo uma metodologia de formação/ação desenvolvida nos Países Baixos (programa CIRCO) desde 2015.

Tanto as ações de formação destinadas a empresas (*tracks* ou percursos de design circular, que se desenrolam ao longo de três dias) como os *workshops* para designers (dois meios-dias) assentam num processo criativo (figura 1) que começa com a caracterização de uma cadeia de valor existente e a identificação de perdas de valor económico e ecológico e de oportunidades de captura ou retenção de valor. Segue-se a seleção de oportunidades, a formulação de objetivos e a exploração de modelos de negócio e de estratégias de design de produto seguindo uma sistematização pré-definida.



Figura 1
Método CIRCO: Criar negócios através do design circular, desenvolvido nos Países Baixos (www.circonl.nl).

O CIRCO HUB PORTUGAL COMO INCENTIVO À ECONOMIA CIRCULAR E AO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E MODELOS DE NEGÓCIO CIRCULARES

Com base nesta análise, é definido um modelo de negócio circular, cuja viabilidade é avaliada do ponto de vista das alterações aos produtos e serviços e das implicações a nível da organização interna e de fatores externos. O processo termina com a criação de um roteiro de implementação que sintetiza e planeia o resultado de todo o processo formativo com base na ambição e proposta de valor circular da empresa e a apresentação de um *pitch*.

Entre setembro de 2021 e julho de 2023 participaram 95 empresas, o que correspondeu à formação de 225 profissionais (gestores, designers e responsáveis de inovação, de marketing e de sustentabilidade, entre outros), bem como 47 designers que, através dos seus gabinetes e ateliers, podem ter um elevado efeito multiplicador ao integrarem esta filosofia de atuação junto dos seus clientes, apoiada em ferramentas práticas e amplamente testadas.

Nos 12 *tracks* de formação de empresas realizados em Portugal, predominou uma abordagem multissetorial, uma vez que o método é aplicável a todas as empresas industriais que colocam produtos no mercado e são responsáveis pelo seu design, seja este realizado internamente ou subcontratado.

No entanto, realizaram-se algumas formações de caráter setorial:

- Setores dos têxteis e do calçado, em colaboração com o Centro Tecnológico do Calçado de Portugal (CTCP) e a participação do Centro Tecnológico do Têxtil e Vestuário (CITEVE);
- Cadeia de valor das embalagens de vinho, em colaboração com a Comissão Vitivinícola Regional Alentejana e a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, e a participação da Sociedade Ponto Verde e do Laboratório Colaborativo Vines and Wines;
- Setor das embalagens em geral;
- Cadeia de valor de embalagens alimentares, em colaboração com o Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E);
- Cadeia de valor do habitat e construção, em colaboração com o Cluster do Habitat Sustentável: Centro Habitat.

Em termos metodológicos, a principal diferença é que aos produtos com um tempo de vida muito curto ou mesmo de utilização única (tipicamente, as embalagens) se aplicam estratégias de design de produto diferentes das dos produtos de tempo de vida longo. Os modelos de negócio, contudo, são os mesmos, conforme mostra a figura 2.

O projeto encontra-se na sua fase de conclusão e é altura de começar a fazer alguns balanços e avaliação do impacto deste projeto, que surge no quadro de um assinalável impulso, político e não só, que a economia circular tem assumido no nosso país.

Neste projeto, as empresas e os designers trabalham em conjunto para desenvolverem produtos, serviços e modelos de negócio circulares, segundo uma metodologia de formação/ação desenvolvida nos Países Baixos (programa CIRCO) desde 2015.

A publicação do Plano de Ação de Economia Circular em 2018³ já atribuía ao design um papel essencial na transição para este novo modelo económico, uma vez que é precisamente na fase de design que se determinam cerca de 80% dos impactos ambientais de um produto e o seu potencial de circularidade, e porque a maioria das decisões de design são irreversíveis.



Figura 2
Arquétipos de modelos de negócio circulares¹ e estratégias de design circular aplicáveis a produtos duráveis¹ (PTL – products that last) e a produtos de tempo de vida curto ou de utilização única² (PTF – products that flow) utilizados no método CIRCO.

Todas as ações foram realizadas online por formadores certificados CIRCO, do LNEG e do IAPMEI, e acompanhadas por especialistas destas duas instituições e ainda da Agência Portuguesa do Ambiente, o terceiro parceiro do consórcio nacional que levou a cabo o projeto com financiamento do Fundo Ambiental.

Em Portugal a taxa de utilização de material recuperado e novamente injetado na economia (taxa de circularidade) é bastante baixa, em comparação com a média europeia (respetivamente 2,5% e 11,7% em 2021, segundo a Pordata⁴) e este atraso representa igualmente uma grande oportunidade e urgência em agir.

¹ Bakker, CA., den Hollander, MC., van Hinte, E., & Zijlstra, Y. (2014). *Products that last: Product design for circular business models*. TU Delft Library.

² Haffmans, S., van Gelder, M., van Hinte, E. (2018). *Products that Flow – Circular Business Models and Design Strategies for Fast-Moving Consumer Goods*. BIS Publishers.

³ "Liderar a transição (Plano de ação para a economia circular em Portugal: 2017- 2020)" - <http://eco.nomia.pt/>

⁴ <https://www.pordata.pt/europa/taxa+de+utilizacao+de+material+circular-3612>, consultada a 18/07/2023.

O CIRCO Hub Portugal revelou-se como um bom exemplo de abordagem ao nível microeconómico (*bottom-up*) que complementa as estratégias desenvolvidas em termos de políticas públicas (*top-down*).

Uma avaliação preliminar junto de 47 das primeiras 55 empresas que participaram no projeto indicou que 72% atingiram o nível máximo em termos de sucesso, medido através de três critérios, a saber: evolução no nível de conhecimento sobre economia circular, continuação do trabalho no novo modelo de negócio circular pós-formação e intenção de aplicar os conhecimentos adquiridos a outros produtos/modelos de negócio da empresa. Verificou-se ainda que 40% dos modelos de negócio desenvolvidos durante o *track* já se encontravam em fase de protótipo ou lançamento no mercado.

Este trabalho terá continuidade através de um inquérito a lançar às 40 empresas não inquiridas na primeira fase e todos os resultados serão apresentados na Conferência Final, que terá lugar a 26 de setembro nas instalações do LNEG, em Alfragide. Pretende-se igualmente dar visibilidade às empresas que participaram e às novas soluções circulares que desenvolveram (através de uma exposição de produtos, posters e vídeos), debater o tema da economia circular com um conjunto vasto de especialistas e lançar as bases para um eventual CIRCO Hub Portugal 2, que venha a ser de novo um instrumento reforçado de apoio à implementação de políticas públicas nesta matéria.

www.circohubportugal.lneg.pt



A Energia é tema diário nos meios de comunicação social, por motivos óbvios para todos nós, quer pelo impacto que tem na Economia, nas Finanças e no Ambiente, quer na economia familiar. Sendo um dos setores com maior responsabilidade nas emissões de gases de efeito de estufa, é prioridade de todas as Políticas Públicas na UE (União Europeia), visando uma alteração profunda no setor energético, descarbonizando o setor e aumentando a utilização das *Energias Renováveis*, de forma centralizada e descentralizada, num processo que se denominou de "Transição Energética".

O setor dos Edifícios (Residencial e de Serviços) é responsável por cerca de 33% dos consumos energéticos em Portugal, assim urge em primeiro lugar, identificar os consumos por utilização final, e por setor pois o residencial é muito diferente do setor dos serviços, e atuar de forma a reduzir os consumos energéticos, adotando várias soluções.

EDIFÍCIOS MAIS SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL, O INÍCIO DE UM DESAFIO SOCIETAL



Artigo de **HELDER GONÇALVES**

Investigador do LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

Em primeiro lugar, (1) incrementando medidas de redução das necessidades energéticas, melhorando ao mesmo tempo as condições da qualidade de vida, (2) depois implementar medidas específicas de melhoria de "Eficiência Energética" e finalmente (3) integrar as Energias Renováveis nos Edifícios. Esta deve ser a hierarquia a optar, um exemplo concreto é o caso das janelas nos edifícios de habitação, que devem ser prioritárias a todas outras medidas, pois aumentam o conforto térmico e reduzem as necessidades de aquecimento e arrefecimento nos edifícios, só depois se deve pensar em sistemas e equipamentos mais eficientes.

Nestas linhas foca-se a atenção no setor residencial e nas famílias, tentando clarificar um conjunto de conceitos que se repetem atualmente no léxico jornalístico, onde tudo se confunde e mistura, deixando o cidadão normal sem perceber bem o seu significado, quando se refere a *Eficiência Energética (EE)* a integração de *energias renováveis nos edifícios (ER)* e aos denominados *edifícios de balanço energético nulo (NZEB)*.

Assim, estas primeiras palavras são dirigidas ao "cidadão", que sobre o tema de "Energia", sabe o essencial, a Energia é um bem essencial, e caro, e sabe que as suas contas da "Luz/Electricidade" e "Gaz" não diminuem de valor e não sabe o que fazer para diminuir aqueles custos.

Vamos por partes, as famílias têm consumos de energias nas suas habitações, principalmente energia elétrica para iluminação, equipamento e máquinas roupa e loiça, frigorífico, cozinha, aquecimento de águas e aquecimento ambiente (pouco arrefecimento). Nestes consumos usam preferencialmente eletricidade e gás de garrafa ou da rede.



Em termos médios, os consumos reparam-se da seguinte forma; Cozinha 34,8%, Aquecimento de águas 22%, Equipamentos elétricos 21,4%, aquecimento ambiente 19,1%, iluminação 1,7% e Arrefecimento ambiente 1%.

A utilização da Energia Solar Térmica, constitui uma opção segura e economicamente atraente e que pode ter um impacto importante na redução dos consumos.

O que fazer perante estes dados? A maioria das famílias, tenta ao máximo poupar, e reduzir consumos, tendo pouca capacidade financeira de investir tendo em vista a poupança energética. O caso do aquecimento no inverno ilustra a situação que vivemos onde as famílias aquecem parcialmente a casa em poucos períodos e isto para não referir os que não podem de todo aquecer as suas casas (Pobreza energética um outro tema).

Assim, para além desta situação de poupança, ou de "Suficiência Energética", aqueles que tem possibilidades de algum investimento podem considerar as seguintes hipóteses: (1) de melhoria da envolvente e dos vão envidraçados, ex. isolamentos térmicos que melhoram as condições de conforto térmico e reduzem as necessidades de aquecimento e arrefecimento.

Em termos de Eficiência Energética, (2) substituir equipamentos antigos por outros mais eficientes e que tem um consumo muito menor (Frigorífico e Arca congelação, Máquinas de Lavar roupa e loiça e, Forno), obviamente a Iluminação e finalmente utilizar equipamentos de aquecimento ou arrefecimento ambiente de forma adequada a cada caso e os mais eficientes.

Do lado das Energias Renováveis e pelo próprio peso que tem o aquecimento de águas no setor residencial, a utilização da *Energia Solar Térmica*, constitui uma opção segura e economicamente atraente e que pode ter um impacto importante na redução dos consumos.

Claro que podemos considerar o *Solar Fotovoltaico*, a instalar nas nossas residências e desta forma gerar uma parte importante da eletricidade que necessitamos. No entanto esta opção tem um custo de investimento muito importante e como tal, pouco acessível à generalidade das famílias.

Estas são as opções, que nós enquanto cidadãos podemos escolher em função de cada caso em particular.

Os Recentes Programas e Medidas de Apoio do Fundo Ambiental, visaram as principais medidas descritas anteriormente (Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis 2022) em duas edições (22 de junho de 2021 e 2 de maio de 2022) e foram financiadas cerca de 70 mil candidaturas das 106 mil apresentadas. Foi, pois, um Programa com muito sucesso e que financiou os proprietários das habitações, tendo sido as medidas mais procuradas os Painéis Fotovoltaicos (37%) as Bombas de Calor (26%), e as Janelas Mais Eficientes (24%). De referir a pouca adesão ao Solar Térmico (3%), e a desigualdade regional em termos das candidaturas.

Foi agora lançado novo Programa de Apoio a Edifícios mais Sustentáveis 2023, aberto até dia 31 de outubro de 2023, com o mesmo tipo de medidas, mas com algumas diferenças, a primeira é a inclusão de "Edifício Multifamiliares" tentando captar candidaturas de medidas "Passivas" como sejam a reabilitação térmica das envolventes opacas e vãos envidraçados, para além de tentar uma diversificação regional. Também há novas medidas, visando a arquitetura bioclimática e materiais naturais (eco materiais) com majorações no financiamento e num total de 30 M€ no Programa.

Estes Programas tem um papel muito importante nesta nova fase de Transição Energética, em que o papel do Cidadão tem um papel central na redução dos consumos, não só nos edifícios, mas também nos transportes e sobretudo induz a uma mudança nas duas perspetivas fundamentais, a melhoria da Eficiência Energética e a introdução das Energias Renováveis na proximidade do cidadão, quer na sua habitação, no seu condomínio (Comunidades Energéticas) ou no seu bairro *PED - Positive Energy District*.

Só a partir de uma conjugação destes dois temas podemos então falar seriamente nos *Edifícios de balanço zero*, numa perspetiva de uma reabilitação térmica do nosso parque habitacional, tendo em especial atenção que os nossos Edifícios e as nossas Cidades, serão cada vez mais sujeitas a Ondas de Calor e Sobreaquecimento e terão de adotar condições de proteção especialmente para os períodos quentes.



Grupo
TERRIS

PELA SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

LÍLIA COSTA

Administradora da Ecorede e Rede Ambiente.

O Grupo TERRIS atua no âmbito da “Intervenção e Gestão Sustentável do Território” no desenvolvimento das soluções mais adequadas em prol da sustentabilidade” e da valorização do património natural. Lília Costa, Administradora da Ecorede e Rede Ambiente, destaca um projeto pioneiro que está relacionado com a reabilitação da linha de água do rio Leça, programa que será replicado em outros cursos de água.

Quais os projetos em que o Grupo TERRIS participa e têm como principal foco a promoção da sustentabilidade Ambiental?

O Grupo TERRIS, nas diversas empresas do Grupo tem o privilégio de participar em projetos desenvolvidos pelos seus clientes que são diferenciadores e que promovem a sustentabilidade ambiental tão necessária para as gerações futuras.

Assim, a título de exemplo, a Rede Ambiente tornou-se a primeira empresa privada em Portugal a efetivar recolha de Resíduos Urbanos através de um Sistema Bilateral.

Este sistema permite a recolha de equipamentos de superfície de maior dimensão, substituindo os equipamentos tipicamente utilizados de 800/1100L por equipamento de dimensão bastante Superior (até 3100L), aumentado desta forma, a capacidade de contentorização o que permite uma redução da frequência de recolha destes equipamentos e do impacto ambiental afeto à mesma. Realça-se ainda que estes equipamentos de deposição são muito menos intrusivos, e esteticamente mais atrativos, enquadrando-se no meio urbano onde estão instalados.

A Rede Ambiente tornou-se a primeira empresa privada em Portugal a efetivar recolha de Resíduos Urbanos através de um Sistema Bilateral.

O nosso cliente, Município do Barreiro, tem ao seu dispor viaturas movidas a gás natural, que asseguram a execução exemplar desta atividade de recolha de resíduos.

Também, outro exemplo, é a Ecorede que está a executar projetos de requalificação de margens ribeirinhas, entre os quais o projeto do rio Leça. Este projeto é único no país, uma vez que é o único exemplo em que 4 municípios se juntam para requalificar as margens do rio que os atravessa – o Rio Leça.

A Finis, que de forma indireta também participa neste projeto ao efetuar a triagem dos resíduos recolhidos e efetua o seu encaminhamento para destino final adequado.



Quais as ações que estão a ser desenvolvidas para a requalificação das margens do rio Leça?

De uma forma muito concisa: a estabilização de margens e beneficiação de habitat para espécies ribeirinhas em domínio hídrico, através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural (Natural Based Solutions);

- reabilitação de infraestruturas degradadas;
- contenção de espécies invasoras;
- criação de espaços de inundação natural;

Para além destas, existem outras ações promovidas pela Associação de Municípios que foi criada especificamente para a reabilitação do Rio Leça com o objetivo de “devolver” o Rio Leça à população.

A Ecorede que está a executar projetos de requalificação de margens ribeirinhas, entre os quais o projeto do rio Leça. Este projeto é único no país, uma vez que é o único exemplo em que 4 municípios se juntam para requalificar as margens do rio que os atravessa – o Rio Leça.

O Grupo TERRIS tem um compromisso na preservação da natureza e a sua atividade tem impacto nesse contexto. Nesse sentido, este projeto de reabilitação de cursos de água será replicado em outras regiões, ou também, alargado para outras valências?

Cada vez mais, cada um de nós individualmente e a sociedade em geral, tem vindo a dar maior atenção e importância às questões relacionadas com o ambiente.

Naturalmente a seca, também nos faz valorizar ainda mais a questão da manutenção das linhas de água existentes no nosso país.

Esta preocupação tem sido também observada pelas diversas entidades oficiais e que tem permitido que diversos projetos similares tenham sido desenvolvidos ao longo de todo o país.

O Grupo TERRIS, pretende continuar a apostar em serviços diferenciadores que promovem a sustentabilidade ambiental.





Grupo
TERRIS

*"Onde o todo é maior
que a soma das suas partes"*

OFERTA FORMATIVA

CURSOS DE LICENCIATURA, MESTRADOS INTEGRADOS E MESTRADO

- Medicina (Mestrado Integrado)
- Ciências Farmacêuticas (Mestrado Integrado)
- Ciências Biomédicas (Licenciatura e Mestrado)
- Optometria e Ciências da Visão (Licenciatura e Mestrado)

DOCTORAMENTOS

- Medicina
- Ciências Farmacêuticas
- Biomedicina

PÓS-GRADUAÇÕES E CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NÃO CONFERENTES DE GRAU

- Hidrologia e Climatologia
- Tele-saúde
- Ventilação Não Invasiva
- Curso Prático de Microscopia de Fluorescência
- Análise de Imagem do Gene à Proteína: Uma Abordagem Prática
- Curso Prático de Grau em Metabolómica por Ressonância Magnética Nuclear: Princípios, Métodos e Aplicações
- Desenvolvimento de Fármacos a Partir de Biodiversidade Vegetal
- Farmacovigilância e Segurança do Medicamento
- Descoberta ao Desenvolvimento Pré-Clínico de Fármacos
- Curso Avançado de Resistência a Antimicrobianos

RECURSOS

- Centro Académico Clínico das Beiras (CACB)
- Centro de Coordenação da Investigação Clínica das Beiras (C2ICB)
- Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS-UBI)
- Centro Clínico e Experimental de Ciências de Visão (CCECV)
- Biobanco
- Unidade de Farmacovigilância
- Museu Memórias da Saúde

OS GUARDIÕES DO AMBIENTE



LUÍS LOURES

Presidente do Politécnico de Portalegre, entidade copromotora do projeto Guardiões faz o balanço em relação a implementação e execução deste programa dedicado à temática das alterações climáticas, sensibilização e educação ambiental.

O Projeto Guardiões é promovido pelo Politécnico de Portalegre, com foco nas alterações climáticas. Qual o balanço que se faz em relação à sua implementação e execução?

O projeto Guardiões tem sido um programa emblemático que o Politécnico teve a oportunidade de coordenar em parceria com o Fórum Energia e Clima e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), com uma visão integradora do território, e que de uma forma pragmática consegue transformar esta região, que é a maior de Portugal, num laboratório vivo, tendo em conta aquilo que é, não só a experimentação, mas também ao nível da sensibilização e educação ambiental no âmbito das alterações climáticas e a transição energética.

Quanto aos resultados: o projeto tem e vai continuar a ter um impacto muito significativo quer a nível local e regional, quer a nível nacional, e foi inclusivamente indicado como um exemplo de boas práticas na área das alterações climáticas, a nível europeu.

É um projeto que numa das suas componentes práticas, que tem a ver com a sensibilização dos jovens, nos permitiu chegar desde o pré-escolar até ao ensino superior, sendo que tivemos interação com mais de 5 mil estudantes na região Alentejo, e acho que isto por si só, é extraordinário ao nível dos objetivos cumpridos.

Além disso, todas as *Summit's* que fizemos: Portalegre, Évora, Beja e Sines, muito focadas nas alterações climáticas, na economia circular e na transição energética, mas também na sensibilização da população, e que foram um sucesso trazendo a Portugal participantes de toda a CPLP, reunindo no mesmo Fórum, pessoas da



sociedade civil, governantes, reitores, dirigentes associativos, professores, alunos, o que por si só foi absolutamente extraordinário para mostrar que este é um problema de todos, e que efetivamente é um combate que só pode ser ganho com o contributo de todos.

Por isso, diria que o balanço é bastante positivo quer do ponto de vista institucional, quer ao nível dos outputs.

Ao nível do ensino pré-escolar e do básico, para além de manuais didáticos e vários conteúdos desenvolvidos no digital, inúmeras visitas que a equipa do projeto Guardiões fez a escolas do Alentejo.

Em relação à execução do projeto, quais os investimentos que estão envolvidos?

A execução do projeto não tem investimentos diretos envolvidos, o único investimento é o tempo. Há muito tempo despendido pelas pessoas que estão dedicadas a este projeto.

Do ponto de vista dos investimentos, o que pretendemos é fazer um processo de desenvolvimento de projetos aplicados sobre o território que estão disponíveis para os municípios e para as Comunidades Intermunicipais, estamos a falar em mais de 50 tipologias de projetos com ações concretas; como a criação de florestas urbanas, a redução do consumo energético, seja por via de sistemas inteligentes de iluminação pública, ou por sistemas de monitorização para a qualidade do ar.



Atividades concretas como a questão da compostagem, o aumento de infiltração para redução de pontas de cheia e com isso, a redução das inundações e impactos económicos desse tipo de fenómeno.

Temos ainda, um conjunto de projetos muito concretos que estão catalogados e disponíveis para os municípios, e que nós, numa segunda fase deste projeto, pretendemos que possam ser implementados de forma piloto em locais estratégicos. Está a ser feito um investimento grande em sensibilização e educação ambiental para que as pessoas percebam que a resolução do problema começa nas suas casas, fazendo reciclagem, reduzindo o desperdício apostando em energias limpas.

Gostaríamos que o projeto pudesse servir de catalisador para que os municípios e a CCDR tivessem uma aposta ainda mais vincada nas economias azul, verde e na economia circular, incentivando empresas de economia limpa com uma lógica específica de ligação ao ambiente.



Uma das estratégias deste projeto é a transmissão de conhecimento e a sensibilização dos jovens para o tema das alterações climáticas, quais os programas apresentados destinados a esta faixa etária, incluindo a área da gamificação?

Temos projetos muito interessantes nesse âmbito.

Ao nível do ensino pré-escolar e do básico, para além de manuais didáticos e vários conteúdos desenvolvidos no digital e inúmeras visitas que a equipa do projeto Guardiões fez a escolas do Alentejo, tivemos resultados muito interessantes com base no projeto, houve entidades e escolas profissionais que nos procuraram, e que estamos a apoiar, com recursos do Politécnico e que surgiram porque o projeto existe, como exemplo,

um grupo de jovens da escola Mouzinho da Silveira, que estava a trabalhar ao nível da utilização e criação de um jogo de educação ambiental, o conhecido Minecraft, o que nós estamos a fazer é gamificar um jogo que é amplamente difundido a nível nacional e internacional, neste caso estamos-lhe a incluir os princípios da economia circular em que os jogadores vão ter de jogar segundo esses princípios. Sendo que, isto envolveu o nosso departamento de Inteligência Artificial, informática, o FabLab que incluiu estes alunos, trazendo-os para o Politécnico num género de estágio, com o apoio dos docentes e investigadores a fazer esse processo de gamificação.

E há outros. Criamos a APP dos Guardiões, onde todas as pessoas se podem inscrever e os Guardiões ganham pontos por terem atitudes que possam contribuir para salvar o planeta. Sabemos que hoje os jovens estão no digital, com estes e outros exemplos estamos a chegar a estas faixas etárias de forma apelativa e com base na experiência.

Está a ser feito um investimento grande em sensibilização e educação ambiental para que as pessoas percebam que a resolução do problema começa nas suas casas.

Quais os novos projetos ou parcerias que estão previstos para um futuro próximo?

Está prevista uma segunda fase do Guardiões, porque é um trabalho que nunca está concluído e temos de chegar cada vez mais cedo junto dos jovens, sensibilizá-los, envolve-los no processo de decisão. Por isso nesta segunda fase, iremos desenvolver parcerias com as Comunidades Intermunicipais, para poderem junto dos municípios implementar projetos concretos que tenham um impacto real na transição energética, para que se consiga perceber que com um pequeno investimento consegue-se atingir um impacto muito positivo.

Temos o exemplo de Portalegre, em que se conseguiu uma redução astronómica da fatura energética ao nível da iluminação pública, com um investimento significativo no início, mas que trará um retorno financeiro, porque em cinco ou seis anos o investimento está pago e a partir daí é lucro.

E são este tipo de projetos que queremos que aconteçam de forma generalizada, com os quais todos ganhamos.

OS DESAFIOS IMEDIATOS: RESTAURO DA NATUREZA E ENERGIA RENOVÁVEL

Artigo de
JOÃO CARLOS DIAS COELHO

Co-fundador do GEOTA (Grupo Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente), Membro do CIDAMB – Cidadania Ambiental, Deputado à Assembleia da República.



São vários os desafios ambientais com que o nosso planeta se defronta em 2023.

A União Europeia definiu com o *Green Deal* e no Acordo de Paris objetivos e metas com novos desafios e políticas públicas sustentáveis, combatendo os excessos consumistas e predadores de recursos naturais essenciais à sobrevivência de ecossistemas e da espécie humana.

Temos um prazo muito curto para pôr fim aos combustíveis fósseis e inverter modelos económicos destrutivos, evitando o aumento irreversível das temperaturas visando a neutralidade carbónica. As altas temperaturas provocam incêndios devastadores, secas e inundações associadas a elevados níveis de poluição e um processo acelerado na extinção da biodiversidade.



Os objetivos são claros: RESTAURO DA NATUREZA, AGRICULTURA SUSTENTÁVEL e ENERGIA RENOVÁVEL

A Lei do Restauro da Natureza aprovada no dia 12 de julho, no Parlamento Europeu, por escassos 36 votos a mais, veio provar quão difícil foi a Comissão Europeia sobrepor o interesse comum da Europa e dos cidadãos aos *lobies* instalados e à pequena política. Foi a vitória do bom senso e da cidadania europeia, dando velocidade ao *Pacto Ecológico Europeu*, ao consumo responsável, à agricultura biológica, à gestão eficiente da água, à conectividade dos rios, à responsabilização dos poluidores pelo restauro da natureza e na reposição dos ecossistemas naturais afetados. Só uma mudança comportamental profunda abre novos horizontes privilegiando a qualidade de vida e valorizando o bem natural para as gerações atuais e vindouras.

Esta Lei visa assegurar a **recuperação de 20% dos ecossistemas degradados até 2030**. Atualmente 80% dos *habitats* na UE estão em mau estado.

São necessárias zonas húmidas, florestas, a conservação de *habitats* naturais e marinhos. É fundamental comprometer todos os países europeus neste compromisso.

Portugal assumiu na **Conferência dos Oceanos, em Lisboa (2022)**, **proteger 30% do seu território marinho**. Tal passa pelo reforço das áreas protegidas o que na zona marítima só representa cerca de 2,5% da área marinha. O restauro ambiental e a conectividade dos rios estão no início, e por iniciativa de associações ambientalistas como o GEOTA.

Em Portugal, a defesa do Montado e do sobreiro deverá ser prioridade. É urgente rever o modelo de cogestão das áreas protegidas e Parques Naturais promovendo uma estratégia para a conservação da natureza e dos ecossistemas naturais, hoje muito pouco valorizados.

A estratégia europeia “Do prado para o prato” deverá considerar a redução do consumo de carne bovina, a redução de pesticidas e químicos, aposta na agricultura biológica, potenciadora de uma alimentação virada para a saúde e na luta contra doenças, como o cancro, hipertensão e a diabetes resultantes de maus hábitos alimentares. Há que reequilibrar a política agrícola, apostando na eficiência hídrica, na cultura de sequeiro, mais resiliente às alterações climáticas, evitando mais regadio superintensivo, o elevado consumo de água e a erosão dos solos.

- **A Aposta racional e sustentável nas energias renováveis**, num modelo crescente de produção em energia verde.

Tal é fundamental para o Ambiente como para a nossa economia. Há que racionalizar a produção de eletricidade renovável **apostando na eficiência energética** no setor industrial e na atividade doméstica, na reconversão de equipamentos com consumos excessivos. Maior **produção descentralizada**, com reforço de produtores locais e na flexibilidade nos consumos. Para tal o **Fundo Ambiental associado a uma Reforma Fiscal Ambiental** são os instrumentos adequados. **As eólicas offshore como as grandes centrais fotovoltaicas carecem de estudos na sua localização através de Avaliação Ambiental Estratégica** tendo como fatores críticos de decisão a defesa dos ecossistemas marinhos, *habitats*, RAN e REN. Os concursos de atribuição de licenças de exploração e os leilões têm de incluir critérios não financeiros com vista a obter benefícios múltiplos para o território e sua comunidade, remunerando o serviço dos ecossistemas, evitando erros na atribuição de extensas áreas de território de forma “cega”. Da mesma forma a exploração do lítio carece de medidas de proteção e de restauro ambiental adequadas.

É num **turismo de qualidade**, compatível com os valores culturais e naturais do país, associados à convivência com a natureza e sua riqueza que potenciamos o desenvolvimento económico das regiões de forma equilibrada, evitando o excesso de licenciamentos urbanísticos como estão hoje a destruir zonas protegidas no Estuário do SADO e no SUDOESTE ALENTEJANO, com especulação imobiliária desastrosa, algo que a Lei do Restauro da Natureza e uma nova política de solos terá de reordenar.



INVESTIGAÇÃO PARA A
SUSTENTABILIDADE



Laboratório Nacional de Energia e Geologia

- Apoio à inovação da sociedade e das empresas
- Consultoria para as políticas públicas em Energia e Geologia
- Investigação sustentável e para a sustentabilidade
- Parcerias internacionais estratégicas
- Fonte de informação privilegiada

Laboratório de Biocombustíveis e Biomassa
Laboratório de Energia Solar
Laboratório de Materiais e Revestimentos
Unidade de Ciência e Tecnologia Mineral

Laboratórios Acreditados NP EN ISO/IEC17025-2018
SGQI – Sistema de Gestão Integrado
Qualidade, Investigação, Desenvolvimento e Inovação
ISO 9001:2015 e NP 4457:2007

Excelência em recursos humanos de investigação



MAIS DE 45 ANOS DE EXPERIÊNCIA

artebel[®]
ARTEFACTOS DE BETÃO, S.A.

Fundada em 1976, a artebel[®] dedica-se, desde o primeiro dia, à produção de artefactos de betão.

A evolução e as exigências da construção, com imposições ao nível dos desempenhos térmicos e acústicos, assim como do aligeiramento das estruturas e resistência dos blocos, impulsionaram a parceria com produtores de argila expandida.

A utilização de argila expandida nos produtos da artebel[®] foi a primeira grande inovação da empresa, que iria abrir portas a muitas outras inovações, e foi nesta altura que se começou a sentir uma forte necessidade de investir em novos equipamentos com o objetivo de aumentar a capacidade de produção.

Desde então, o investimento em tecnologia de ponta e em capital humano qualificado, capaz de desenvolver produtos inovadores e de qualidade, reduzindo a pegada ambiental dos edifícios, passou a ser uma realidade constante.



Produção: equipamento e tecnologia artebel.

Atualmente, a artebel[®] é uma empresa sólida e de referência no mercado nacional e internacional, com duas unidades de produção que garantem uma resposta atempada e eficaz.

Soluções construtivas artebel[®]

A artebel[®] desenvolve soluções construtivas em betão, baseadas em produtos próprios e suportadas pela experiência e pelo diálogo com quem põe as mãos na massa, com quem cria os projetos e com quem usufrui de cada espaço.

As relações que a artebel[®] mantém, não só com o cliente final, como com pequenos aplicadores, mas também com grandes empresas de construção civil ou gabinetes de arquitetura de renome, são fundamentais para o aperfeiçoamento dos seus produtos, que são uma referência no mercado.

Falamos de soluções construtivas, pois os produtos da artebel[®] foram desenvolvidos para se complementarem, de acordo com as mais diversas situações em obra.

Inovação artebel[®]

A automatização do processo produtivo, acelerando prazos de entrega, aliado à inovação na criação e formulação de produtos, têm sido duas constantes ao longo do percurso da artebel[®].

No entanto, a aposta na inovação por parte da artebel[®] também se deve, em grande parte, às metas impostas pela União Europeia, no sentido de combater as alterações climáticas, através, por exemplo, da redução das emissões de CO2 ou do consumo de energia. Para cumprir estas metas e porque cada vez mais o conforto é uma necessidade básica, a sociedade está a adaptar-se exigindo edifícios mais sustentáveis e mais eficientes, térmica e acusticamente.

As alvenarias térmicas da artebel[®] foram desenvolvidas para permitir que os edifícios obtenham um reduzido coeficiente de transmissão térmica e uma elevada inércia térmica, garantindo um ambiente interior sem alterações bruscas de temperatura.

Destacam-se, entre as diversas soluções e acessórios térmicos, o TERMISOBEL[®], o TERMOACÚSTICO[®], o megaTÉRMICO[®] e o TERMICOPROETICS[®].

Alvenarias térmicas e acústicas artebel.



Pavimentos e muros artebel.



Unidade de produção da empresa artebel.



No que diz respeito às alvenarias acústicas da artebel[®] foram desenvolvidas para oferecer o máximo conforto aos utilizadores, o que se reflete numa maior qualidade de vida. O bloco ISOARGILA[®] e o FREEBLOCO[®] são os dois blocos da artebel[®] que apresentam excelentes características técnicas, destacando-se a sua eficiência acústica.

Outros produtos artebel[®]

Além das alvenarias térmicas e acústicas, o portfólio da artebel[®] conta com diversas opções de blocos de betão, lajes, pavimentos e acessórios. Na área dos pavimentos, a artebel[®] dispõe de 11 soluções eco integráveis, disponíveis em várias tonalidades, alguns com diferentes níveis de permeabilidade, garantindo, assim resultados estéticos e funcionais diversificados.

No que diz respeito às alvenarias acústicas da artebel[®] foram desenvolvidas para oferecer o máximo conforto aos utilizadores, o que se reflete numa maior qualidade de vida. O bloco ISOARGILA[®] e o FREEBLOCO[®] são os dois blocos da artebel[®] que apresentam excelentes características técnicas, destacando-se a sua eficiência acústica.

A artebel[®] também dispõe de diversas soluções de muros, adaptáveis a diferentes situações técnicas, sejam situações de contenção elevada de terras, simples vedações ou soluções para zonas ajardinadas, onde a vertente estética é uma prioridade.

Apoio ao cliente artebel[®]

O gabinete técnico especializado da artebel[®] foi criado para responder às questões dos clientes, seja em termos de dimensionamento de paredes ou cálculo de muros de suporte e taludes.

A equipa técnica da artebel[®] é conhecedora de todas as soluções e da aplicação específica de cada produto, sendo, por isso, capaz de dar resposta rápida e mais adequada a cada situação.

Atualmente, a artebel[®] é uma empresa sólida e de referência no mercado nacional e internacional, com duas unidades de produção que garantem uma resposta atempada e eficaz.



ENGENHARIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por
JOANA MAIA DIAS

Professora Associada, Diretora da Licenciatura e do Mestrado em Engenharia do Ambiente, FEUP.

Somos todos especialistas do ambiente, preocupados com o plástico, os combustíveis fósseis, a poluição atmosférica, a água e os solos. Todos conhecemos o grande problema das alterações climáticas e os indesejados eventos climáticos extremos, e por isso, todos sabemos muito bem fazer as nossas escolhas!... Será (?)

A sustentabilidade traduz o equilíbrio de três pilares: social, ambiental e económico. Mas de repente, tudo é ambiente e tudo é sustentabilidade, como se de sinónimos se tratassem.

Vivenciamos nos últimos anos como estes pilares se relacionam intimamente. Não podemos olhar para o ambiente e considerar que vamos resolver os problemas do mundo e o mesmo acontece quando olhamos apenas para os outros pilares.

A sustentabilidade é multifacetada e indivisível e as soluções e diretrizes para o desenvolvimento sustentável têm de ser pensadas com esta visão holística e integradora.

É urgente evitar esverdear tudo, escamoteando os verdadeiros problemas globais. Não necessitamos ter plásticos biodegradáveis que não se decompõem nas nossas casas ou indústrias e materiais compósitos “amigos do ambiente” que vão parar aos nossos aterros, abandonando materiais 100% recicláveis com indústria para os absorver. Não podemos caminhar para uma transição energética unidirecional quando temos necessidades, desenvolvimentos e contextos locais que devem ditar uma visão autossuficiente e plural.

A sustentabilidade é multifacetada e indivisível e as soluções e diretrizes para o desenvolvimento sustentável têm de ser pensadas com esta visão holística e integradora.

Relacionamo-nos mal com o planeta em que vivemos, mas pior é a relação que temos com nós próprios ao vivermos numa vida de enganos em que fazemos “o melhor” mas no final do dia os materiais circulam globalmente 7,2%, com tendência decrescente a cada ano... Será nossa a culpa?

Há utopia no 100% circular e não há dúvida que podemos e devemos fazer a diferença no que somos e como somos, mas temos de nos apoiar em soluções de engenharia.

Portugal é capaz de fazer engenharia para um país e um mundo necessitado, heterogéneo e multifacetado. Temos dos melhores engenheiros da Europa e do Mundo e temos de potenciar uma Engenharia do Ambiente forte para desenvolver soluções orientadas para o que nos define neste retângulo singular mas capazes de ir além-fronteiras. A sustentabilidade não se atinge sem uma abordagem mais agressiva - do berço ao túmulo - ao desenvolvimento tecnológico, desde a seleção dos recursos, às tecnologias de transformação, aos modelos de utilização e às soluções que minimizem externalidades ambientais negativas.

A sustentabilidade é o sonho, o desenvolvimento sustentável o caminho e a engenharia para a sustentabilidade promete ser a solução.



FEIRA DAS TECNOLOGIAS PARA A ENERGIA

12.13.14.15

OUTUBRO 2023

SABUGAL, FONTE DE ENERGIA NATURAL



Decorre de 12 a 14 de outubro no Sabugal, a 6ª edição da ENERTECH – Feira das Tecnologias para a Energia, marcadamente direcionado para a área das energias renováveis e ambiente.

O mundo está em mudança, as alterações climáticas são hoje uma realidade e o sector das energias renováveis é cada vez mais uma prioridade mundial, a par com a sustentabilidade dos recursos naturais, assim a Enertech promove a colaboração entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico, as empresas e os consumidores apresentando soluções e projetos na área das energias renováveis, tecnologias e eficiência energética, procurando apresentar o que de melhor se produz na área das energias, da sustentabilidade ambiental e da inovação tecnológica.

A ENERTECH é uma organização do Município do Sabugal com a colaboração da Associação Empresarial do Sabugal (ADES), Institutos Politécnicos da Guarda (IPG) e Castelo Branco (IPCB), Universidade da Beira Interior (UBI) e ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.



Artigo de
AIRES PEREIRA

Presidente da Direção da Associação
Smart Waste Portugal.

Vivemos tempos críticos, nos quais a poluição se tornou um flagelo que ameaça a própria existência da humanidade e da vida no planeta. A cada dia, testemunhamos os efeitos devastadores da nossa má relação com o ambiente. A poluição, nas suas várias formas, é um dos maiores desafios que enfrentamos, requerendo uma ação urgente e coletiva que reverta este quadro preocupante.

A poluição do ar é um dos problemas mais graves que afeta a saúde pública, em todo o mundo. A queima de combustíveis fósseis, a emissão de gases poluentes pelas indústrias e o crescente número de veículos têm contribuído para a degradação da qualidade do ar que respiramos. As consequências são alarmantes, com um aumento preocupante de doenças respiratórias e cardiovasculares, bem como uma diminuição da esperança média de vida em áreas altamente poluídas.

A poluição dos oceanos e dos recursos hídricos é um outro desafio de grande proporção que enfrentamos. Anualmente, milhões de toneladas de plástico são despejadas nos mares, causando um impacto catastrófico na vida marinha e resultando em mortes de animais marinhos como, por exemplo, tartarugas, devido à ingestão de pedaços de plástico. Além disso, os microplásticos já estão presentes em muitos dos alimentos que consumimos. Não apenas os oceanos, mas também rios, lagos e aquíferos são contaminados por produtos químicos industriais e esgotos domésticos, comprometendo a disponibilidade de água potável para milhões de pessoas e afetando a segurança alimentar e a saúde de comunidades inteiras.

A poluição do solo é também uma ameaça crescente para a saúde do nosso planeta e a segurança alimentar das gerações futuras. O uso excessivo de produtos químicos agrícolas tem resultado numa degradação preocupante da qualidade do solo.

“O USO EXCESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS AGRÍCOLAS TEM RESULTADO NUMA DEGRADAÇÃO PREOCUPANTE DA QUALIDADE DO SOLO”



Os problemas de agricultura decorrentes dessa poluição incluem a redução da produtividade das culturas, o esgotamento de nutrientes essenciais e a deterioração da biodiversidade.

É crucial enfrentar essa questão urgentemente, adotando práticas agrícolas sustentáveis e implementando medidas eficazes de gestão de resíduos, para preservarmos o solo como recurso vital e garantir a prosperidade do nosso planeta.

Não podemos também esquecer a poluição sonora, que é uma das formas de poluição menos discutidas, mas que impacta negativamente a qualidade de vida das pessoas, causando stress, insónias e problemas de saúde mental.

A educação ambiental é uma ferramenta poderosa, pois capacita as pessoas sobre os impactes da poluição, estimulando-as a adotar práticas mais sustentáveis no seu quotidiano.

É essencial reconhecer o papel fundamental que cada um de nós desempenha nesta questão. Indivíduos, empresas, governos e organizações devem unir forças para enfrentar a poluição e procurar soluções sustentáveis. Isto implica promover o uso de fontes de energia renovável, adotar tecnologias mais limpas e incentivar práticas de consumo responsável. Além disso, a implementação de políticas públicas efetivas é urgente. É preciso investir em transportes públicos eficientes e incentivar meios de mobilidade suave, por exemplo. Medidas como a ampliação de áreas verdes, a proteção e recuperação de ecossistemas e a criação de reservas marinhas e terrestres são fundamentais para restaurar a biodiversidade e preservar os recursos naturais.

Devemos também repensar a nossa relação com os resíduos e investir em alternativas sustentáveis. A educação ambiental é uma ferramenta poderosa, pois capacita as pessoas sobre os impactes da poluição, estimulando-as a adotar práticas mais sustentáveis no seu quotidiano.

A cada dia que hesitamos, o problema agrava-se e o preço a pagar será mais elevado. A preservação do planeta é uma responsabilidade de todos e, somente com ações concretas e decisivas, seremos capazes de reestabelecer a harmonia entre a humanidade e o ambiente. A mudança começa em cada um de nós, e juntos, podemos construir um futuro mais limpo, saudável e circular para as gerações vindouras.

É por estes motivos que a **Associação Smart Waste Portugal** acredita que é possível transitarmos de um setor de resíduos para um setor de recursos, aumentando a capacidade da economia portuguesa para estabelecer e liderar cadeias de fornecimento internas, com reduzido impacto ambiental associado e que maximizam o valor dos recursos na economia. Acreditamos que colaborativamente, promovendo a mudança de comportamentos e impulsionando a investigação, desenvolvimento e inovação, conseguiremos alcançar a transição para um modelo económico resiliente e regenerativo, capaz de proporcionar boas relações com o planeta.

ECONOMIA CIRCULAR VERSUS ECONOMIA LINEAR: QUAIS SÃO OS SEUS BENEFÍCIOS?

A economia circular parte de três princípios base: eliminar o desperdício; manter produtos e materiais em uso dando-lhe nova vida e poupar o ambiente de “lixo desnecessário.”

Este modelo visa reduzir o impacto que a produção massiva de materiais tem no ambiente; nomeadamente nos oceanos, terrenos agrícolas, ecossistemas, atmosfera, entre outros, mas também é inspirado numa autogestão cíclica dos recursos e energias.

A economia circular faz-se num contexto de práticas eficientes, que se pode denominar dos 3 R's: reduzir, reutilizar e reciclar. É um modelo de economia sustentável, onde existe “um ritmo tecnológico e comercial” adaptado ao século XXI.

Mas o que muda com a economia circular em vez da economia linear? Não é a produção e o respetivo consumo uma alavanca económica?

O modelo e a economia circular têm como principal objetivo, como já referimos, minimizar o desperdício de recursos que implica uma perda ambiental, mas um ganho económico, isto porque os recursos desperdiçados são um potencial material em exploração.

A economia linear não explora esta perspetiva, antes pelo contrário, é responsável por um acumular de resíduos em fim de vida útil que causam danos irreversíveis ao planeta, pela quantidade desmesurada de materiais aos quais a reciclagem não consegue dar resposta a nível global. Desta forma, com a economia circular ganha-se a oportunidade de criar uma cadeia de reintegração de novos produtos reaproveitados, com custos de produção mais baixos, a incorporação de componentes tecnológicos e inovadores associados ao desenvolvimento de I&D.

Portanto a noção que só uma economia linear estimula o crescimento económico, porque existe um aumento crescente de consumo e de produção de materiais não corresponde à realidade. Neste sentido, o mercado lucra com a ausência ou redução de desperdício, agrupando a vantagem do aproveitamento e transformação de produtos em fim de ciclo em novos materiais.

A mudança de paradigma é urgente e necessária de forma a minimizar problemas ambientais, sociais, que são fruto da globalização e de um modelo assente na extração- produção-eliminação.

Este novo modelo económico inspirado nos ecossistemas naturais valoriza a inovação “ao longo de toda a cadeia de valor”, assim como minimiza o consumo de recursos, nomeadamente de energia. Mas de igual forma, existem mais e maiores benefícios, como por exemplo: O combate à especulação ou inconstância dos preços das matérias primas, um maior controle quanto aos riscos de abastecimento; a criação de novos produtos, o desenvolvimento de processos de fabrico inovadores e novas ideias de negócios; o incentivo à competitividade na economia e a contribuição para a conservação do património natural, ajudando a reduzir a emissão dióxido carbono e preservando o planeta.

O modelo e a economia circular têm como principal objetivo, como já referimos, minimizar o desperdício de recursos que implica uma perda ambiental, mas um ganho económico.

Por isso, é urgente implementar novas estratégias e métodos de boas práticas, tendo em vista um modelo de produção e de consumo que envolva a partilha, a reutilização, a reciclagem de materiais, a redução de desperdício e resíduos, com o intuito de proteger o planeta e o ambiente.



daflon® 1000 mg

Sinta-se Imparável



Deixe para trás as pernas pesadas e cansadas

Máxima eficácia, um só comprimido**



Agora também em 60 comprimidos

Fale com o seu médico ou farmacêutico

Nome do medicamento: Daflon® 1000. **Composição:** Bioflavonoides (Fração flavonóica purificada micronizada). Cada comprimido revestido por película de 1000 mg contém: 90% de diosmina, ou seja, 900 mg; 10% de flavonoides expressos em hesperidina, ou seja, 100 mg. **Forma farmacéutica:** Comprimido revestido por película, cor de salmão e de forma oval. **Indicações terapêuticas:** Tratamento dos sintomas e sinais relacionados com a insuficiência venosa (pernas pesadas, dor, cansaço, edema). Tratamento sintomático da crise hemorroidária. **Posologia e modo de administração:** Posologia habitual: 1 comprimido por dia. Na crise hemorroidária: nos 4 primeiros dias: 1 comprimido 3 vezes ao dia; nos 3 dias seguintes: 1 comprimido 2 vezes ao dia; em seguida voltar à posologia de manutenção: 1 comprimido por dia. **Contraindicações:** Hipersensibilidade à substância ativa ou a qualquer um dos excipientes. **Advertências e precauções especiais de utilização:** A administração deste medicamento no tratamento sintomático da crise hemorroidária não substitui o tratamento de outros problemas anais. Se não houver remissão dos sintomas, deve ser consultado um médico de forma a proceder-se ao exame proctológico e à revisão do tratamento, caso haja necessidade. Excipientes: Isento de sódio. **Interações medicamentosas e outras formas de interação:** Não foram realizados estudos de interação. Da experiência de pós-comercialização do medicamento, nenhuma interação medicamentosa clinicamente relevante foi notificada até à data. **Fertilidade, gravidez e aleitamento:** Gravidez: Os estudos em animais não indicam toxicidade reprodutiva. A quantidade de dados sobre a utilização da fração flavonóica purificada micronizada em mulheres grávidas, é limitada ou inexistente. Como medida de precaução, o tratamento deve ser evitado durante a gravidez. Amamentação: Desconhece-se se a substância ativa/metabolitos são excretados no leite humano. Não pode ser excluído qualquer risco para os recém-nascidos/lactentes. Tem que ser tomada uma decisão sobre a descontinuação/abstenção da terapêutica com Daflon® 1000 tendo em conta o benefício da amamentação para a criança e o benefício da terapêutica para a mulher. **Fertilidade:** Estudos de toxicidade em ratos machos e fêmeas não mostraram efeitos na fertilidade. **Efeitos sobre a capacidade de conduzir e utilizar máquinas:** **Efeitos indesejáveis:** Frequentes: diarreia, dispepsia, náuseas, vômitos. Pouco frequentes: colite. Raros: tonturas, cefaleias, mal-estar geral, erupções cutâneas, prurido, urticária. Frequência desconhecida: dor abdominal, edema isolado da face, dos lábios e das pálpebras. Excepcionalmente edema de Quincke. **Sobredosagem:** Sintomas: A experiência de sobredosagem com Daflon® 1000 é limitada. Os eventos adversos mais frequentemente notificados em casos de sobredosagem foram eventos gastrointestinais (tais como diarreia, náuseas, dor abdominal) e eventos cutâneos (tais como prurido, erupção cutânea). Tratamento: O tratamento da sobredosagem deve consistir no tratamento dos sintomas clínicos. **Propriedades farmacológicas:** Daflon® 1000 exerce uma ação sobre o sistema vascular de retorno: ao nível das veias, diminui a distensibilidade venosa e reduz a estase venosa; ao nível da microcirculação, normaliza a permeabilidade capilar e reforça a resistência capilar. **Apresentação:** Caixas de 30 e 60 comprimidos revestidos por película. **Titular da AIM:** Servier Portugal - Especialidades Farmacêuticas, Lda., Torre Oriente - Av.º Colégio Militar, 37F - Piso 6 - Fração B, 1500-180 Lisboa. Tel: 213122000. www.servier.pt. Para mais informações deverá contactar o titular de AIM. Daflon® 1000 é um **MNSRM**. RCM aprovado em 01.2020. IECRCM 27.01.2023. ***Para uma informação completa por favor leia o Resumo das Características do Medicamento.**

**Resumo das Características do Medicamento aprovado a 01.2020.

Leia atentamente as informações constantes na embalagem e no folheto informativo e, em caso de dúvida ou de persistência dos sintomas, consulte o médico ou o farmacêutico.

DAF23077

FESTAS DE Bragança

18 A 22 DE AGOSTO DE 2023

18
sexta

22h00
THE PASSENGERS
MIGUEL ARAÚJO
CONVIDA BÁRBARA
TINOCO, TATANKA
E ANA BACALHAU

LOCAL: PARQUE EIXO ATLÁNTICO

21
segunda

09h00 - CONCURSO
CONCELHIO DE BOVINOS
DE RAÇA MIRANDESA
17h00 - FINAL DO CAMPEONATO
DE CHEGAS DE TOUROS DE
BRAGANÇA

LOCAL: RECINTO DE PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS
RAÇAS AUTÓCTONES

22h00 - BANDA ZÉ FERREIRA
24h00 - ESPETÁCULO
PIROMUSICAL

FERNANDO
DANIEL CONVIDA
AGIR E
CAROLINA
DESLANDES

AGRUPAMENTO MUSICAL
MELODIA

LOCAL: PARQUE EIXO ATLÁNTICO

19
sábado

22h00
MK NOCIVO
RICHIE
CAMPBELL

LOCAL: PARQUE EIXO ATLÁNTICO

22
terça

DIA DE NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS

11h00 - EUCARISTIA
LOCAL: SANTUÁRIO DA SENHORA DAS GRAÇAS
17h00 - EUCARISTIA SOLENE
LOCAL: CATEDRAL
18h00 - PROCISSÃO
LOCAL: CATEDRAL

20
domingo

22h00
META
NININHO
VAZ MAIA

LOCAL: PARQUE EIXO ATLÁNTICO